



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)**

KÁSSIA CARLA FERNANDES ALVES

**A PANDEMIA DA COVID-19 E A AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES
SOCIOEDUCACIONAIS:
UMA ANÁLISE DE PALMAS - TO**

**Porto Nacional - TO
2023**

Kássia Carla Fernandes Alves

**A pandemia da covid-19 e a ampliação das desigualdades socioeducacionais:
Uma análise de palmas - TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus Universitário de Porto Nacional, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira.

Linha de Pesquisa: Estudos Geoterritoriais.

**Porto Nacional - TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A474p Alves, Kássia Carla Fernandes.

A pandemia da Covid-19 e a ampliação das desigualdades socioeducacionais: uma análise de Palmas-TO. / Kássia Carla Fernandes Alves. – Porto Nacional, TO, 2023.

79 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, 2023.

Orientador: Adão Francisco de Oliveira

1. educação. 2. ensino remoto emergencial. 3. desigualdade socioeducacional. 4. Covid-19. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Kássia Carla Fernandes Alves

A pandemia da Covid-19 e a ampliação das desigualdades socioeducacionais: Uma análise de Palmas - TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus Universitário de Porto Nacional, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira.
Linha de Pesquisa: Estudos Geoterritoriais.

Data da aprovação ____ / ____ / ____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira, UFT

Prof. Dr. Ricardo Júnior Assis Fernandes Gonçalves, UFT

Prof. Dr. Ubiratan Francisco de Oliveira, UFNT

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Katarina e Heitor, que foram faróis em minha existência, na busca em me tornar melhor.

À minha mãe, Magna Domingos, que sempre foi a rocha na qual me sustentei.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta pesquisa à minha mãe. Vossa presença, estímulo, apoio e compreensão durante esta jornada tornou tudo mais fácil e possível. Gratidão e amor eterno.

Quero agradecer ao professor Dr. Adão Francisco de Oliveira por ser uma constante fonte de motivação, exemplo e incentivo ao longo de todo o projeto. Muito obrigada.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo desenvolver uma reflexão acerca da pandemia do covid-19 e da amplificação das desigualdades socioeducacionais. Pretende-se compreender os efeitos da pandemia sobre a educação e o ensino aprendizagem de crianças e adolescentes a partir do ensino remoto emergencial. Para tanto, é preciso compreender o surgimento da covid-19 e seus impactos sobre a educação brasileira como se difundiu pelo estado do Tocantins e na cidade de Palmas, bem como analisar a desigualdade socioeducacional no âmbito geográfico, com suas características e especificidades. A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados do Google Acadêmico, Scielo, Portal Domínio Público, se estendendo ao Repositório da UFT, precisamente na Biblioteca Digital de Monografias (BDM), assim como no Portal de Periódicos da PROPESQ/UFT. Esta pesquisa tem o intuito de contribuir nos aspectos geográficos, educacionais, sociais e políticos que envolvem a educação antes da pandemia e depois com a retomada às salas de aula presenciais, procurando medir o desempenho escolar e a desigualdade socioeducacional.

Palavras-chave: educação, COVID-19, ensino remoto emergencial, desigualdade socioeducacional

ABSTRACT

This dissertation aims to develop a reflection on the covid-19 pandemic and the amplification of socio-educational inequalities. The aim is to understand the effects of the pandemic on the education and learning of children and adolescents through emergency remote teaching. To do so, it is necessary to understand the emergence of covid-19 and its impacts on Brazilian education as it spread throughout the state of Tocantins and the city of Palmas, as well as analyze socio-educational inequality at the geographic level, with its characteristics and specificities. The bibliographic research was carried out in the databases of Google Scholar, Scielo, Public Domain Portal, extending to the UFT Repository, precisely in the Digital Library of Monographs (BDM), as well as in the PROPESQ/UFT Periodicals Portal. This research aims to contribute to the geographic, educational, social and political aspects that involve education before the pandemic and after the return to in-person classrooms, seeking to measure school performance and socio-educational inequality.

Keywords: education, COVID-19, emergency remote teaching, socio-educational inequality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escolas 1	34
Figura 2 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 1	36
Figura 3 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2	37
Figura 4 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 3	38
Figura 5 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 4	38
Figura 6 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 5	39
Figura 7 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 6	40
Figura 8 - IDEB - Região Norte - Anos iniciais.....	46
Figura 9 – IDEB - Região Central - Anos iniciais	47
Figura 10 - IDEB - Região Sul - Anos iniciais	47
Figura 11 - IDEB - Área Rural - Anos iniciais.....	48
Figura 12 - IDEB - Região Norte - Anos finais	49
Figura 13 - IDEB - Região Central - Anos finais	49
Figura 14 - IDEB - Região Sul - Anos finais.....	50
Figura 15 - IDEB - Região Rural - Anos finais	50
Figura 16 – Gráfico 1: Ensino Fundamental – Indicador Socioeconômico e Sociocultural do Idsed, 2019.....	51
Figura 17 - Gráfico 2: Ensino Fundamental – Indicador de Infraestrutura e Recursos e de Escolarização do Idsed, 2019	52
Figura 18 - Gráfico 3: Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed) do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental – 2019.....	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL COMO UM PROBLEMA GEOGRÁFICO	20
2.1	Referencial Teórico	20
2.1.1	Considerações iniciais: desigualdade social.....	20
2.1.2	A Desigualdade Socioeducacional.....	23
2.1.3	Desigualdade socioeducacional como um objeto geográfico.....	31
3	INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ABORDAGEM DA DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL	42
3.1	Avaliação e Sistema de Ensino	42
3.2	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	44
3.2.1	Indicador socioeconômico e sociocultural.....	51
3.2.2	Infraestrutura e recursos / escolarização.....	51
3.2.3	IDSED.....	52
4	A DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL FRENTE A COVID-19: O CASO DE PALMAS-TO	54
4.1	Desigualdade Social, Vulnerabilidade e Educação	54
4.2	Palmas: desigualdade socioeducacional e covid-19	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado pretende discorrer sobre os efeitos da pandemia da covid-19 que amplificou demasiadamente as desigualdades socioeducacionais na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins.

Toda sociedade brasileira sofreu impactos e discrepâncias advindos da pandemia do novo coronavírus, no entanto, na esfera da educação ficou explicitado o quanto o distanciamento social produziu um fosso de desigualdades socioeconômicas e culturais. Houve a exposição a problemas que nunca foram superados, mostrando como crianças e adolescentes vulneráveis ficaram à mercê da covid-19, da fome, da miséria, da falta da escola, e não obtiveram acesso ao ensino e aprendizagem das aulas remotas.

Em contrapartida, alguns alunos conseguiram se conectar remotamente via internet por meio de smartphones ou notebooks. Eles acompanharam as aulas síncronas, realizaram atividades escolares com auxílio dos professores e da família. Neste sentido, esta pesquisa pretende verificar como os alunos do Ensino Fundamental assimilaram o conteúdo curricular no auge da pandemia, para tanto, utilizaremos o Índice de Desigualdade Socioeducacional (IDSED) de 2019 e 2020.

O Índice de Desigualdade Socioeducacional (IDSED) é um indicador analítico que combina quatro indicadores separados em duas classes. Assim, a primeira classe é composta por per capita e amostragem que representa o indicador socioeconômico e sociocultural; na segunda classe temos o indicador de infraestrutura, recursos e escolarização (Ferreira, 2015).

A inserção do ensino remoto, como um mecanismo de contenção emergencial, reuniu estratégias didáticas e pedagógicas no intuito de mitigar os impactos do isolamento social sobre o ensino e aprendizagem. Para tanto, esses mecanismos foram intermediados por tecnologias digitais da comunicação e informação (TDCI), o que proporcionou uma mudança curricular temporária em decorrência da crise sanitária. O currículo escolar não foi concebido para ser trabalhado remotamente, no entanto, foi adaptado e inserido nos meios digitais para que não se perdesse o ano letivo (Cani et al., 2020).

No Brasil, assim como no mundo, os sistemas de ensino se transformaram ao buscar novas soluções a partir do ensino remoto, para frear um possível colapso da educação, o que depreciaria milhões de estudantes. Todavia, as tecnologias digitais

da comunicação e informação (TDCI) tiveram grande relevância e contribuição para a educação, assim como promoveu uma aceleração e inovação no campo educacional ao produzir outra forma de aprender e estudar, por ter gerado um desafio aos gestores, professores e alunado.

Levando em consideração a temática desta pesquisa, no que concerne às adversidades causadas pela pandemia da covid-19 no ensino e aprendizagem, assim como o aumento exponencial das desigualdades socioeducacionais na cidade de Palmas-TO, temos o problema da pesquisa: o conteúdo curricular do ensino fundamental ao ser trabalhado nas aulas síncronas remotas e demais atividades pedagógicas – que não foram concebidos para serem aplicados remotamente –, atingiu as habilidades e competências previstas, bem como o desenvolvimento dos alunos? Mesmo com a pandemia, o alunado obteve o desempenho esperado?

Ao recobrar o distanciamento social e a suspensão das relações escolares presenciais, a pandemia da covid-19 recolocou em evidência o preocupante quadro das desigualdades socioeducacionais, em que pese se verificar uma série histórica de melhoria nos indicadores educacionais de Palmas-TO.

Pretende-se analisar de que maneira a pandemia da covid-19 afetou a educação e o ensino aprendizagem de crianças e adolescentes, incidindo na ampliação das desigualdades socioeducacionais.

Simultaneamente, há a contextualização do surgimento da covid-19 e seus impactos sobre a educação no Brasil e no mundo, assim como no estado de Tocantins, sobretudo na cidade de Palmas. Ainda se problematiza a desigualdade socioeducacional no âmbito geográfico, suas características e especificidades. E faz-se uma análise da articulação das abordagens metodológicas e os indicadores que evidenciam as desigualdades socioeducacionais; por fim, discute-se as desigualdades socioeducacionais frente à covid-19 em Palmas/TO.

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) advertia o mundo sobre a incidência de um novo tipo de coronavírus, por causa do número de casos surgidos na cidade de Wuhan na China. Entretanto, em pouco tempo, o mundo entrou em alerta, ao constatar a alta contaminação e proliferação do novo coronavírus que chegou à Europa. Vale destacar que, por ser inverno no hemisfério norte, pesquisas iniciais sugeriram que o vírus da covid-19 demoraria a se disseminar no hemisfério sul, em decorrência do clima quente e por ser verão, o contágio massivo seria complexo (OPAS, 2022).

No Brasil, o primeiro caso suspeito de covid-19 foi noticiado no Carnaval de 2020. O primeiro paciente a ser internado foi um homem de 61 anos, que havia retornado de viagem à Itália e chegado à cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo. Em poucas semanas, apareceram outros casos e a propagação do vírus tomou conta do país.

Contudo, vieram as primeiras instruções e orientações, tais como: lavar as mãos, usar álcool gel, usar máscaras, assim como foram estabelecidos uma série de protocolos de saúde pública, no intuito de impedir a contaminação. Saneamento e higiene tornaram-se imprescindíveis para combater a covid-19¹. Neste sentido, sob a égide da proteção de crianças e jovens, as aulas em escolas e universidade foram suspensas em todo território nacional.

Diante da gravidade deste quadro, as aulas presenciais nas escolas e universidades públicas ou particulares foram suspensas na primeira quinzena do mês de março. Para tanto, foi instituído o Ensino Remoto Emergencial (ERE), da educação infantil ao ensino universitário, todas as pessoas que frequentavam aulas presenciais, passaram a ter aulas síncronas por meios digitais (ARAÚJO; SANTOS, 2020).

O Ministério da Educação (MEC) tomou suas providências ao instituir a Portaria nº 343², para a substituição das aulas presenciais por aulas remotas – a distância, em meios digitais – no ensino superior das universidades federais enquanto durasse a pandemia da covid-19. Contudo, esta Portaria foi reajustada e sofreu acréscimo nas Portaria nº 345³. Além disso, em relação à pandemia da COVID-19, houve o posicionamento do Conselho Nacional da Educação, no Parecer CNE/CP nº 9/2020⁴,

¹ UNICEF. O Papel fundamental da do Saneamento e da Promoção da Higiene na Resposta à COVID-19 no Brasil. Nota técnica do UNICEF, Banco Mundial e Instituto Internacional das Águas de Estocolmo. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/o-papel-fundamental-do-saneamento-e-da-promocao-da-higiene-na-resposta-a-covid-19-no-brasil> Acesso: 07 out. 2021.

² BRASIL. Portaria Nº 343, De 17 De Março De 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - covid-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso: 07 out. 2021.

³ BRASIL. Portaria Nº 345, De 19 De Março De 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020." Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fquest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%2520C3%25A7o%2520de%25202020> Acesso: 07 out. 2021.

⁴ BRASIL. Ministério Da Educação/Conselho Nacional Da Educação. Parecer CNE/CP Nº: 9/2020. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2020-%09pdf/147041-pcp009-20/file> Acesso: 07 out. 2021.

que discorre sobre a Reorganização do Calendário Escolar e contagem de atividades não presenciais visando a realização de carga horária mínima anual.

A reorganização do calendário escolar da educação básica ao ensino superior previsto pelo CNE, se consolidou ao se aproximar e dialogar com os Conselhos de Educação Estaduais e Municipais, entre outras instituições. O CNE se empenhou em refletir com criticidade sobre as consequências que a pandemia do covid-19 causaria, sobretudo, mostrou preocupação específica em relação as desigualdades socioeconômicas de muitos estudantes, principalmente, os de famílias de baixa renda, expostos a todo tipo de vulnerabilidade; atraso do processo educacional e da aprendizagem; desamparados e que se evadem da escola.

Essas questões levantadas pelo CNE, além da apreensão com a ampliação das desigualdades, simultaneamente se questionaram sobre a conveniência do uso das novas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) para diminuir as desigualdades de aprendizagem, no entanto, nem todas as redes escolares e instituições de ensino estavam preparadas para avanço tecnológico que se impôs, por não ter estrutura e infraestrutura para adquirir minimamente recursos tecnológicos. Além da falta de acesso à internet nas redes escolares, como também pelo desconhecimento, despreparo e falta de aquisição tecnológica por parte dos professores, alunos e seus familiares, que não tinham se quer os equipamentos adequados, como computadores, tablets e smartphones.

Contudo, especificamente à cidade de Palmas-TO, o Conselho Municipal de Educação emitiu a Resolução CME-Palmas-TO nº 23⁵, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre as Normas Complementares à Resolução CME nº 5 de 16 de abril de 2020, no intuito de reorganizar o Calendário Escolar, em decorrência da interrupção das atividades escolares presenciais, ocorreu o alinhamento contíguo ao Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.

A pandemia covid-19 produziu mudanças drásticas na vida das pessoas. Mudou comportamentos, afetou a saúde física e mental, mas também, acentuou as desigualdades socioeconômicas, recaindo sobre a educação e a cultura, alterando o processo de ensino e aprendizagem, em decorrência da substituição das aulas presenciais por aulas em “meios digitais”⁶, que passaram a utilizar as tecnologias

⁵ Conforme disposto no Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.572, quinta-feira, 10 de setembro de 2020.

⁶ Conforme disposto na Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação (MEC).

digitais de informação e comunicação (TDIC). Isto posto, o ensino remoto em caráter excepcional e urgência destinado ao ensino básico e superior, alinhado ao enfrentamento emergencial na saúde pública, acabou potencializando a educação a distância (EaD) e a aplicação das TDICs.

Neste sentido, a relevância científica, política e social desta pesquisa de mestrado reside na análise e problematização dos efeitos da pandemia da covid-19 em relação à acentuação e amplificação das desigualdades socioeducacionais em Palmas-TO, para tanto, serão estudados os dados do Índice de Desigualdade Socioeducacional (IDSED) de 2019, com o objetivo de perceber as áreas como maior vulnerabilidade socioeducacional e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no período de 2011 a 2021, como o intuito de compreender, o histórico de desenvolvimento educacional, e seus impactos pós-pandemia.

O desejo de compreensão de como se processou na prática o processo de ensino e aprendizagem durante o período abrangido pelo ensino remoto, híbrido e retorno presencial, foi iniciado durante o exercício diário de gestão em uma escola municipal, onde leciono há vinte anos e que estou à frente da gestão, há 5 anos. O desafio enfrentado durante este período, marcou de forma contumaz minha carreira, e foi um chamamento à reflexão sobre a postura de ser educador, buscando de todas as formas a garantia de aprendizagem de cada educando, e lutando para que cada aluno pudesse exercer seu direito de aprender.

Neste período, a presença de dois sentimentos muito distintos: a certeza da necessidade de se ofertar um serviço de qualidade e que principalmente pudesse dirimir o máximo possível as desigualdades de acesso aos meios de aprendizagem, para que todos pudessem participar, interagir e desenvolver-se e, por outro viés, o medo e sentimento de inoperância que eram gerados pelo processo pandêmico e suas limitações tanto sanitárias, de contágio e de acesso às TDIC. Na posição de gestora, exigia-se, uma postura de estímulo e proatividade, que mascarava o sentimento de dúvida diante de várias decisões que envolviam diretamente a vida de centenas de alunos, familiares e funcionários que também compartilhavam as dúvidas e angústias deste período.

Como vimos anteriormente, a pandemia do covid-19 ocorreu em um período em que o Estado não estava preparado para enfrentar todas as causas e efeitos ocasionados pelo vírus. O governo federal se esquivou de suas responsabilidades em vários momentos, a falta de empenho na vacinação e demais medidas preventivas no

âmbito da saúde, tiveram consequências irreparáveis. Logo, afetou também a educação (Sato; Santos; Sánchez, 2020).

Neste sentido, há uma necessidade de elaborar um levantamento bibliográfico, visando artigos científicos, documentos, legislação, decretos, pareceres, reportagens, portais de notícias etc. para contextualizar a emergência da covid-19 e seus efeitos sobre a educação no Brasil, no estado do Tocantins e na cidade de Palmas.

Para caracterizar, especificar, e conceituar a desigualdade socioeducacional estabelecendo uma relação com o modo de produção capitalista, recorreremos a Marx (1998); Ribeiro (2015); Bourdieu (1989; 2003); Ferreira (2013); Nogueira & Nogueira (2006). Estes pensadores e autores contribuem com uma reflexão crítica e teórica acerca das desigualdades sociais próprias do sistema capitalista, mostram como opera o capitalismo, como produz o distanciamento entre as classes sociais, gerando exclusão, dominação, miséria, vulnerabilidades que recaem sobre o ensino, mantendo uma educação elitizada de um lado e de outro uma educação excludente.

A desigualdade socioeducacional precisa ser analisada no contexto geográfico, tendo em vista que, o estado do Tocantins se constituiu a partir da divisão do estado de Goiás. Tornou-se o mais novo estado do Brasil em 1989, pertencente à Região Norte, assim, Palmas/TO veio a ser sua capital. Lembrando que há nesse escopo uma desigualdade regional. Além disso, quando nos detemos no planejamento da cidade de Palmas/TO, notamos uma desigualdade urbana, social, cultural e econômica. Para tanto, nos basearemos em Lefebvre (2011); Harvey (2014); Ferreira (2015); Kran & Ferreira (2006); Silva (2010).

Sobre o Índice de Desigualdade Socioeducacional (IDSED), nos embasaremos nos estudos e pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, bem como em pesquisas e análises do Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais da Universidade Federal do Tocantins, especificamente nos dados apresentados no Mapa da Desigualdade Socioeducacional. Contamos com Ferreira (2015), que elaborou em sua dissertação de mestrado uma cartografia da desigualdade socioeducacional no estado de Tocantins, e Oliveira & Ferreira (s/d) com suas contribuições sobre o IDSED e análises das desigualdades regionais.

Em relação às questões que envolvem o Ensino Remoto Emergencial (ERE), Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDCI) na esfera pandêmica da

covid-19, e a desigualdade socioeducacional trabalharemos com Santos (2020); Sato et al. (2020); Cani et al. (2020); Castro, Seno & Pochmann (2020).

Para demonstrar a pesquisa que versa na dissertação de mestrado, parto de uma revisão de literatura para fundamentar teoricamente o tema e o problema da pesquisa. Por meio da análise da literatura serão estabelecidos o aporte teórico e a estruturação conceitual que subsidiará este trabalho.

Mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (Gil, 2008, p.17).

A pesquisa bibliográfica será realizada nas bases de dados do Google Acadêmico, Scielo, Portal Domínio Público, se estendendo ao Repositório da UFT, precisamente na Biblioteca Digital de Monografias (BDM), assim como no Portal de Periódicos da PROPESQ/UFT, onde encontramos as seguintes revistas acadêmicas: Revista Interface (Porto Nacional), Revista Tocantinense de Geografia, DESAFIOS -Revista Interdisciplinar, Revista Observatório, Revista Brasileira de Educação e Diversidades; Revista Brasileira de Educação em Geografia.

As categorias buscadas para serem analisadas são: desigualdade social, desigualdade educacional, desigualdade socioeducacional, ensino remoto emergencial, IDSED, TDIC, educação e covid-19. A documentação temática e a documentação bibliográfica terão papel fundamental para a organização dos estudos e análises (Severino, 2000).

Serão analisados os dados do Censo da Educação Básica de 2019, coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), especificamente, do Ensino Fundamental (5º ano e 9º ano) de Palmas-TO que versem sobre os Indicadores Socioeconômicos e Socioculturais, para que se possa fundamentar quantitativamente a desigualdade socioeducacional. A análise poderá evidenciar as categorias socioeconômicas, socioculturais, infraestruturais e educacionais que estão presentes na esfera escolar de Palmas.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos, sendo dois capítulos teóricos e um capítulo para análise de dados.

O primeiro capítulo teórico, “A Desigualdade Socioeducacional como um Problema Geográfico”, procura caracterizar, especificar, definir e conceituar a desigualdade socioeducacional e relacioná-la com o modo de produção capitalista, assim como a produção do espaço para defini-lo como um objeto geográfico.

O segundo capítulo, “Instrumentos Metodológicos para a Abordagem da Desigualdade Socioeducacional”, trata da questão da avaliação e sistema de ensino, e dos indicadores educacionais. Articula as abordagens metodológicas e os indicadores que evidenciam desigualdades socioeducacionais, tais como o IDEB e o IDSED.

O terceiro capítulo, “A Desigualdade Socioeducacional frente a covid-19: o caso de Palmas-TO”, reflete e discute, especificamente, como o município de Palmas enfrentou a covid-19 e a maneira como incidiu sobre a desigualdade socioeducacional.

Palmas é uma cidade com área de 2.219 km², com uma população estimada em 306.296 habitantes. No que se refere às escolas, a cidade conta com 62 escolas municipais, 33 estaduais, 54 privadas e 1 federal.

2 A DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL COMO UM PROBLEMA GEOGRÁFICO

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 Considerações iniciais: desigualdade social

Antes de nos determos especificamente na desigualdade socioeducacional, discorreremos brevemente sobre a noção de desigualdade social, que é intrínseca ao sistema capitalista, visto que a preconização de uma igualdade jurídica-política não condiz com a realidade social e cotidiana de milhões de brasileiros.

A desigualdade social está atrelada a fatores históricos advindos das sociedades de classes, sobretudo, a partir do modo de produção capitalista que adquire um nível de complexidade que opera por meio da contradição intrínseca à reprodução do capital, ao investir na aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, procurando suprir a escassez das sociedades anteriores com uma produção vultosa de riquezas. Entretanto, este contexto de produção não permitiu a supressão ou mitigou a desigualdade social, ao contrário, seus efeitos incidem em expansão e acumulação que se faz presente na atualidade.

Segundo Giddens (2005), Marx distinguia duas noções principais dentro das empresas capitalistas. A primeira noção era o “capital” utilizado para investir e produzir bens futuros. Assim, a acumulação de capital gerava a segunda noção, isto é, a “mão-de-obra assalariada, que são os trabalhadores, indivíduos que para sobreviver precisam encontrar emprego provido pelos detentores do capital. Os capitalistas – burguesia – constituem a classe dominante, enquanto a massiva classe de trabalhadores assalariados – classe operária, torna-se a classe dominada. A força de trabalho do operário se converte em mercadoria, e assim surge o contrato entre o capitalista e operário. Ao vender sua força de trabalho, recebe um salário. Nesta relação se estabelece a problemática da exploração e dominação de uma classe sobre outra; ou de um homem sobre outro homem.

Na mesma medida em que a burguesia – isto é, o capital – se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Estes operários, que têm de vender-se no varejo, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e estão, por isto mesmo, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (Marx, 1998: 12).

Neste cenário, se inseriu uma profunda desigualdade social, em decorrência daqueles que vendem sua força de trabalho, e não proprietários dos meios de produção, acentuando a exploração dos capitalistas e proprietários, alimentando a reprodução do capital, a valorização e amplificação dos investimentos capitalistas em suas mercadorias.

A desigualdade social, por vezes é denominada como desigualdade socioeconômica, se faz presente em todo o mundo. Entretanto, na América Latina é desmesurada, sendo que no Brasil é abissal, isto decorre da falta de investimentos, de políticas públicas, e pela má distribuição de renda.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL (2018), as desigualdades referentes ao acesso à educação e saúde são fatores que reduzem as oportunidades, afetam a inovação e a produtividade das nações. Em relação à educação, a instituição enfatiza que, quando uma pessoa desiste de seus estudos, não conclui a educação básica, sua potencialidade produtiva sofre um revés que marcará definitivamente sua vida.

As condições desfavoráveis de quem tem pouco ou nenhum estudo, tão pouco acesso à saúde, restringem a possibilidade de obter um melhor salário quando esta pessoa se torna um adulto, em relação a trabalhadores que tiveram mais estudo formal e qualificação profissional, por exemplo, pondo em xeque a produtividade. A redução salarial compromete, inclusive, o bem-estar de quem abandonou a escola, viveu o espectro da insegurança alimentar, não teve moradia adequada, acesso a saneamento básico etc. a amplitude dessa perda é muito alta ao longo do tempo, tornando-se custoso para a sociedade, tendo em vista a acentuação da desigualdade social.

Neste sentido, a desigualdade social se manifesta na vida de milhões de pessoas no âmbito da estrutura da sociedade, na qual alguns indivíduos tem mais vantagem e oportunidade do que outros, tais como no cotidiano, a busca por uma educação de qualidade, acesso aos bens de serviços, saúde, moradia, cultura, lazer, espaço urbano, etc. “A desigualdade social é caracterizada a partir de diferentes fatores, como a forma de viver, de morar, os relacionamentos, a forma de se vestir, de lidar com a vida, etc.” (Euzébios Filho; Guzzo, 2009, p. 35).

A distância social afeta uma grande fatia da população, produzindo cada vez mais desemprego, fome e miséria, perpetuando a opressão, dominação e exclusão, próprios daqueles que vivem à margem da sociedade, na pobreza ou abaixo da linha da pobreza, sem direitos e garantias, mesmo que estejam assegurados na Constituição Federal (1988) no que se refere aos direitos sociais⁷.

Com efeito, no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice – como expressão do usufruto da riqueza social – se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiura da imensa maioria – expressão da penúria em que vivem. Ao traço refinado, à inteligência – enquanto reflexo da instrução – aos costumes patricios e cosmopolitas dos dominadores, corresponde o traço rude, o saber vulgar, a ignorância e os hábitos arcaicos dos dominados (Ribeiro, 2015, p.210-211).

O sistema capitalista produz e retroalimenta a desigualdade social, que não deve ser vista como traço de caráter individual, ou próprio da suposta imoralidade dos pobres. A pobreza no sistema capitalista não é a face da mesma moeda da riqueza. Ao contrário, numa perspectiva histórica, a riqueza no capitalismo é a grande responsável pela pobreza e miséria.

A desigualdade social é intrínseca ao capitalismo, de maneira que, se reproduz e se perpetua globalmente. Numa perspectiva histórica, é preciso romper com esse sistema, presumir transformações, porque nada é imutável. Para tanto, se faz necessário em nossa atualidade, verificar quais são as possibilidades de mudança, amplificar e assegurar os direitos sociais na prática cotidiana.

De acordo com Campelo et al. (2018), apesar do Brasil ter vivido na prática um fato inédito, que se refere ao declive sistemático da desigualdade social recentemente, ainda assim, persiste a ocupar um patamar elevado de um dos países mais desiguais do mundo.

Alcançamos praticamente a totalidade dos objetivos propostos e, em vários casos, construímos tecnologias sociais que se tornaram referências globais. Isto é especialmente claro no caso do combate à fome e redução da pobreza,

⁷ BRASIL. Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 15 nov. 2021.

cujos progressos atingidos pelo Brasil foram extraordinários, superando todas as expectativas (IPEA, 2014, p.7).

Mesmo com essa afirmação do IPEA, em pouco tempo, o Brasil recrudescer em relação à desigualdade social, em duas décadas as mudanças foram bruscas. É o que mostra o Índice Gini, que apesar de calcular a desigualdade econômica, nos mostra um panorama das distâncias sociais e da renda média, que envolvem também distribuição de riqueza e educação. “Entre 2019 e 2020, o indicador subiu de 88,2 para 89 no Brasil, em uma escala em que, quanto maior a nota, maiores a desigualdade e a concentração de renda. Em 2010, tinha caído ao mínimo de 82,2.”⁸

Segundo a OXFAM Brasil (2021), o Índice Gini aponta que o Brasil tem um longo caminho para combater a desigualdade social, que precisa ser analisada a partir de quatro aspectos: econômico, racial, regional e de gênero. “A desigualdade social por aqui é um legado do período colonial, que se deve à influência ibérica, à escravidão e aos padrões de posses latifundiárias. Aspectos como racismo estrutural, discriminação de gênero, alta tributação de impostos e o desequilíbrio da estrutura social só agravam a desigualdade brasileira.”⁹

2.1.2 A Desigualdade Socioeducacional

Para tratarmos da desigualdade socioeducacional recorreremos ao sociólogo Pierre Bourdieu e suas contribuições acerca da noção de *habitus* e o conceito de campo para que possamos inferir sobre a desigualdade socioeducacional. Sua análise reflexiva serve para sustentar a descrição metodológica dessa pesquisa, quando nos referimos a desigualdade socioeducacional e seus efeitos sobre a educação no Brasil, sobretudo, na cidade de Palmas-TO.

No âmbito sociológico, Bourdieu concebeu uma reflexão crítica acerca das estruturas sociais, para tanto, elaborou um sistema teórico que analisa as categorias da atuação social dos indivíduos baseadas na herança social e herança cultural,

⁸ ELIAS, Juliana. Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. CNN Brasil, 2021. Disponível: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/> Acesso: 29 nov. 2021.

⁹ Entenda as causas [...]. Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-as-causas-da-desigualdade-social-e-como-afeta-a-populacao/> Acesso 29 nov. 2021.

mostrando como se reproduzem regularmente numa sociedade, assim nomeou o conceito de estrutura estruturante, ou seja, a sociedade seria a própria estrutura estruturante, tendo em vista que suas complexas relações estão repetidamente sendo reestruturadas a partir das atuações dos indivíduos.

Neste sentido, encontramos a educação como parte dos bens simbólicos, retida nas estruturas do pensamento dos indivíduos, e expressas em suas ações. Para compreendermos essa engrenagem temos o conceito de *habitus* e o conceito de *campo*. Segundo Ferreira (2013, p.47), “o conceito de “campo” em Bourdieu representa um espaço marcado pela dominação e pelos conflitos. Como exemplo, podemos citar o campo jornalístico, o campo literário, o campo educacional, dentre muitos outros.”

Assim, cada um destes campos são autossuficientes e determinam suas regras dentro da sua organização e hierarquia social. Em cada um desses ambientes sociais, a atuação dos indivíduos condiz com seu capital social, ou seja, conforme a facilidade de trânsito e articulações com pessoas que constituem sua rede de contatos. O *campo* é tido como um espaço social intrínseco à estrutura, e se apresenta com uma capacidade de se organizar por meios próprios em relação aos demais espaços sociais, por isso institui hierarquias, disciplina, funções e disputas, entre os indivíduos que podem ser dominantes e dominados em contendas por posições e status sociais (Oliveira; Ferreira, s/d).

Por sua vez o *habitus* é balizado pela posição e status social do indivíduo na sociedade. Sendo que, é justamente esta posição que vai lhe permitir observar, pensar e se movimentar diante de mais diversas situações. Contudo, o *habitus* pode demonstrar estilos de vida, valores sociais e morais, posicionamento político, entre outros.

A posição de cada sujeito na estrutura das relações objetivas propiciaria um conjunto de vivências típicas que tenderiam a se consolidar na forma de um *habitus* adequado à sua posição social. Esse *habitus*, por sua vez, faria com que esse sujeito agisse nas mais diversas situações sociais, não como um indivíduo qualquer, mas como um membro típico de um grupo ou classe social que ocupa uma posição determinada nas estruturas sociais (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 29).

Na década de 1960 por outra perspectiva, Bourdieu estabeleceu uma maneira de olhar, pesquisar e fundamentar no âmbito teórico e empírico a questão das

desigualdades escolares. A perspectiva paradigmática de Bourdieu rompeu com os modelos teóricos arraigados sobre a educação trazendo outra visão que não a funcionalista, modelo predominante até então, atribuía à escolarização um ofício no duplo sentido para se almejar a superação do subdesenvolvimento econômico, privilégios etc. Ou seja, uma escolarização justa, pautada na meritocracia, no conhecimento científico, igualitária e democrática, sedimentada na autonomia individual (Ferreira, 2013).

Neste sentido, apostava-se numa escola que equacionasse o problema do acesso à educação, assegurando a igualdade de oportunidades a todas as pessoas. Entretanto, na década de 1960, a França foi sacudida por uma série de questionamentos, entre eles a compreensão do papel da escola e dos sistemas de ensino. O otimismo de anos anteriores, cedeu lugar a um ceticismo, e isso se difundiu em outros países da Europa e até mesmo no Estados Unidos. Pesquisas apontavam que a “origem social” era um dos fatores determinante e tinham um peso sob o desempenho escolar, assim como do porvir de cada um.

(...) tornou-se imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas também da origem social dos alunos, sua classe, etnia, sexo, local de moradia, dentre outros aspectos de ordem social. Em segundo lugar, a mudança no olhar sobre a educação nos anos 60 esteve relacionada a efeitos inesperados da massificação do ensino. Os anos 60 marcam a chegada, ao ensino secundário e à Universidade, da primeira geração beneficiada pela forte expansão do sistema educacional no pós-guerra. Essa geração, reunida em setores mais amplos do que as tradicionais elites escolarizadas, se viu frustrada em suas expectativas de mobilidade social através da escola, devido à desvalorização dos títulos escolares que acompanhou a massificação do ensino na Europa (Ferreira, 2013, p. 49).

É diante desse cenário que Bourdieu propõe outra forma de se analisar tais questões. Em seus estudos e pesquisas, ele se deteve em analisar o desempenho escolar e a origem social. Assim, onde os funcionalistas enxergavam igualdade de oportunidades, meritocracia e justiça social, Bourdieu viu a reprodução e legitimidade das desigualdades sociais. Isto posto, seria preciso observar que os alunos não estão em conformidade na escola, mas são atores sociais com experiência social e cultural diversa.

Partindo dessa premissa, ele concluiu que a neutralidade inexistente na escola. No âmbito formal, pode-se dizer que trata a todos de forma igualitária, no que diz

respeito a conteúdos, ensino e aprendizagem, planejamento e avaliação, este conjunto de normas obedecem a regras e leis instituídas. No entanto, na prática, as oportunidades são desiguais, porque alguns alunos estão em condições desfavoráveis em relação a outros, não conseguem atingir as competências mínimas, ou seja, as exigências implícitas e explícitas, propostas pela escola, justamente pela cultura escolar que se incrusta na cultura das classes dominante, elitizada e dissimulada.

Conforme enfatizou Paulo Freire (2019): “não existe educação neutra, toda neutralidade afirmada é uma opção escondida.” Afirmar que a neutralidade é primordial na educação, porque geraria uma igualdade no ambiente escolar, é negar a necessidade da reflexão crítica sobre esta questão, visto que, a educação, a cultura, a ciência e os conteúdos curriculares não são neutros. A imposição de uma suposta neutralidade na educação causaria um efeito contrário, ou seja, produzir sujeitos alienados, sem capacidade de criticidade sobre sua existência, sobre a vida, a sociedade e seus desafios.

De acordo com Bourdieu (1989), a classe dominante luta constantemente para se manter no topo da estrutura social, desde os primórdios de hierarquização que envolvem frações dominantes detentoras do capital econômico, ávidas em legitimar e impor sua dominação pela produção simbólica, ou por meio da ideologia conservadora que procura incutir a falácia da imparcialidade, servindo aos seus próprios interesses dominantes, definindo os trajetos da sociedade – e os desviando se preciso for – para seu proveito e perpetuação do poder.

Entretanto, vale ressaltar que este processo incide sobre o capital cultural das elites enquanto classe dominante. Isto porque a “herança familiar” como parte constitutiva da cultura, é um fator imperativo quando se trata de desempenho escolar que vem a fomentar as desigualdades socioeducacionais.

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade das desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (Bourdieu, 2003, p.41).

Sendo assim, as elites – enquanto classe dominante – conceberam o ideário de perpetuação dos seus costumes e estilo de vida, como padrão a ser seguido nos espaços, territórios e para toda uma população, o que se refere à interação social brasileira. Para tais propósitos investiram e se apropriaram da educação, que foi sendo paulatinamente desenvolvida para garantir o acesso dos partícipes dessas elites, que nela enxergaram a forma de manutenção de status, poder econômico e cultural, o que corrobora a desigualdade socioeducacional (Ferreira, 2013).

Notemos que, mesmo no Brasil as oportunidades de acesso à escolaridade e a manutenção de crianças e adolescentes pobres, vulneráveis, desprivilegiados no ensino básico torna-se um desafio, quiçá conseguir concluir os estudos, para adentrar ao ensino superior. Isto posto, precisamos indagar quais mecanismos promovem a retirada e o abandono dos estudos.

Neste momento, sabemos como a pandemia acelerou tais questões. No entanto, há que se considerar que a igualdade de oportunidades dentro do campo do sistema escolar, está longe de acontecer, principalmente quando nos deparamos com a ideologia das elites brasileiras, a maneira como suas ideias, objetivos e discurso meritocrático permeiam os estratos sociais dando o tom das suas relações.

O capital econômico e social são elementos fundamentais para uma análise minuciosa das desigualdades, por afiançar poder aquisitivo, mas também estabelecer uma rede de conexões nas classes dominantes. Todavia, o capital cultural transmitido direta ou indiretamente pelas famílias aos seus filhos, torna-se fundamental, pois reside em condutas e valores tácitos, profundamente internalizados. Assim, há diferenças monumentais entre as classes sociais quanto ao nível de conhecimento, formação, bons modos, comportamento etc.

O capital cultural produz desigualdades escolares e desigualdade socioeducacional na medida em que a herança cultural pode ser preponderante sobre o desempenho escolar, promovendo uma reprodução cultural como afirma Bourdieu (2003, p.42):

A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. A influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes

constatada, entre o nível cultural global da família, e o êxito escolar da criança.

A desigualdade social é tanto um resultado quanto um fomentador da desigualdade socioeducacional. Conforme mencionado anteriormente, essa desigualdade social está intrinsecamente ligada ao sistema capitalista, que a partir do século XVIII promoveu significativas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais devido à rápida industrialização. Isso teve um impacto marcante nas relações sociais entre a burguesia, que detinha o controle do capital e dos meios de produção, estabelecendo-se como a classe dominante nos aspectos econômicos e políticos, e o proletariado, composto por trabalhadores que vendiam sua força de trabalho, tornando-se assalariados e, conseqüentemente, sujeitos à dominação e exploração.

O capitalismo se funda como um modo de produção mercantil que explora o trabalho assalariado, com o objetivo de obter mais lucro – como força motora, resultado da extração ao máximo da mais-valia, ou seja, na diferença do valor produzido pelo operário e o valor dispendido na sua força de trabalho (Montenegro; Melo, 2014).

Esse sistema que ainda se perpetua e tem avanços significativos por meio das inovações tecnológicas, baixa qualificação de força de trabalho manual e intelectual, incide em desemprego, pobreza e exclusão. E recai claramente sobre a educação e escolarização.

Nesse contexto, é crucial levar em consideração a desigualdade socioeducacional quando abordamos questões de disparidade, especialmente ao conduzir uma análise aprofundada do desempenho educacional de estudantes na educação básica. Isso é fundamental, uma vez que o sucesso na educação primária é um passo essencial para aqueles que desejam ingressar no ensino superior. Além disso, é importante reconhecer que a chamada "boa formação escolar" exerce uma influência simbólica significativa na sociedade, podendo indicar a posição de um indivíduo nas relações sociais ou suas perspectivas de mobilidade por meio da progressão educacional.

Segundo Ferreira et al. (2016, p. 215): “a formação escolar tem um significativo potencial para permitir ao sujeito que se educa por esse meio de gerar as condições necessárias para a sua inclusão socioeconômica, cultural e territorial.” Assim, as

relações de desigualdade de renda, cultura e moradia incide sobre as pessoas, e são fatores determinantes no embate inclusão/exclusão. Para a grande massa de pessoas que vivem na esfera da desigualdade socioeconômica, um dos percursos para se ultrapassar a barreira da exclusão, é possuir uma boa formação, para tanto, se faz necessário um ambiente escolar estruturado e políticas educacionais efetivas.

No que se refere à educação, uma série de mudanças significativas entraram em curso a partir da Constituição Federal de 1988. Nesta CF a educação é assegurada como um direito social fundamental¹⁰. Outrossim, os artigos 205 e 206 explicitam os avanços do processo de redemocratização, a garantia dos direitos sociais no que se refere à educação, e da igualdade em relação ao ingresso e continuidade na escola.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988)¹¹

Com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) promulgada em 1996 tendo como um dos principais objetivos a socialização que, concebe a educação como um direito universal, igualitário e instrumento de mobilidade social, procurou assegurar e reproduzir valores da sociedade brasileira, tendo em vista que, cabe à família e ao Estado norteados pelas concepções de “liberdade e solidariedade humana” como garantia do desenvolvimento dos educando, assim como sua formação cidadã, como disposto no Artigo 2º.¹²

¹⁰ BRASIL. Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso: 14 jan. 2022.

¹¹ BRASIL. Art. 206. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso: 15 fev. 2022.

¹² BRASIL. Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Disponível em:

Desde a implementação da LDB as mudanças na educação brasileira foram diversas e visíveis, principalmente em relação ao acesso à escola, ou até mesmo pelas atualizações, como a “Lei 14.164/21, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”¹³, em consonância com os direitos humanos e violações de direitos.

Entretanto, apesar das mudanças no sistema de educação, no seu acesso e inclusão, assegurados pela Constituição Federal (1988) e LDB (1996), as desigualdades sociais e socioeducacionais perduram. Se Bourdieu em seus estudos sociológicos apontou uma série de problemas no *campo* educacional e os efeitos do capital cultural na França nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil julgou-se que nos distanciáramos das mazelas da desigualdade e distância social, a esperança residia na redemocratização do país a partir de 1980. Acreditou-se na modificação da educação, que deveria ser democrática, acessível, inclusiva, pautada na justiça social, mesmo assim, apesar das transformações instituídas a partir das leis e da legitimação da sociedade, as desigualdades persistiram.

Como afirmamos anteriormente, embora o ideário de mudanças no sistema de educação, no seu acesso e inclusão, nota-se que a denominada igualdade de oportunidades e meritocracia também foram encampadas por muitos educadores, pesquisadores e governantes, vindo a reproduzir e legitimar as desigualdades sociais e socioeducacionais. A reprodução e legitimação das desigualdades na esfera educacional no Brasil, angariou configurações e foram dispostos no interior da escola e educação democrática. Não à toa, a exultação da meritocracia baliza inúmeros discursos, legitima e assegura os privilégios sociais das elites brasileiras.

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 15 fev. 2022.

¹³ BRASIL. Lei Nº 14.164, De 10 De Junho De 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131>. Acesso: 15 fev. 2022.

2.1.3 Desigualdade socioeducacional como um objeto geográfico

Existem aspectos multifatoriais decorrentes de séculos de desigualdade social no Brasil, estão presentes até a atualidade, não somente em decorrência da Pandemia do covid-19, que sabemos acentuou as desigualdades, porém no âmbito de populações, espaços e territórios específicos.

Na medida em que a desigualdade no Brasil opera na esfera regional, a região Norte da qual o estado do Tocantins faz parte, bem como no que se refere à cidade de Palmas, capital do estado estão na maior área de extensão territorial brasileira, congrega sete estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins -, agrupando a maior biodiversidade do país, compreende mudanças significativas no espaço geográfico. Todavia, as discrepâncias regionais se revelam, porque as regiões Norte e Nordeste tem altos índices de pobreza.

Assim, apesar das “riquezas naturais” próprias da Região Norte, até mesmo presente no estado do Tocantins, como o Parque Estadual do Jalapão que é uma unidade de conservação e de proteção integral, por outro viés temos uma população significativa em situação de pobreza e extrema pobreza.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta sexta-feira (3) um retrato das condições sociais do Tocantins em 2020. Segundo o órgão, no ano passado 30,2% da população do estado viveu em situação de pobreza e 5,8% viviam em extrema pobreza. Atualmente, a projeção é de que há 1.607.363 habitantes no Tocantins. Conforme o IBGE, 30,2% desse total viveu com menos de R\$ 450 por mês. A situação de outras milhares de pessoas era ainda pior. As pessoas em extrema pobreza precisaram viver com menos de R\$ 155 a cada 30 dias (G1 Portal de Notícias, 2021)¹⁴.

Neste sentido, podemos notar a veemência de como as desigualdades sociais estão presentes e arraigadas no Tocantins, desse modo, recai sobre a desigualdade socioeducacional, que igualmente precisa ser analisada numa perspectiva geográfica, uma vez que existe uma desigualdade regional, entre outras desigualdades na própria cidade de Palmas.

¹⁴ G1. Mais de 30% da população do TO vive em situação de pobreza e 5,8% em extrema pobreza, diz IBGE. Números são referentes a pesquisa feita em 2020. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/12/05/mais-de-30percent-da-populacao-do-to-vive-em-situacao-de-pobreza-e-58percent-em-extrema-pobreza-diz-ibge.ghtm> Acesso: 25 fev. 2022.

De acordo com Ferreira (2015), o estado de Tocantins é o mais novo do Brasil, surgiu a partir da divisão do estado de Goiás em 1988. Tocantins foi concebido e instituído pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, na região Norte, em janeiro de 1989.

A promulgação da Constituição de 1988 gerou uma descentralização política entre governo federal e estadual. Uma das determinações está relacionada a transferência da regulamentação das emancipações política-administrativa municipal da União para os estados. No Tocantins, as elites políticas regionais aproveitaram das prerrogativas constitucionais e iniciaram um intenso processo de emancipação municipal. Fato esse que depois da emancipação política-administrativa do estado de Goiás, o Tocantins, com até então 79 municípios, criou mais 44 (Ferreira, 2015).

À época, na década de 1980, ocorreram uma série de reivindicações separatistas, entre as quais, residia o argumento de isolamento e abandono pelo poder público em relação à região norte do estado de Goiás, por vezes considerada pobre, mas rica em mineral e com grande capacidade agrícola. Não por acaso, atualmente, a agropecuária é a responsável por de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins. “As agroindústrias do Tocantins confirmam a dinâmica do setor agropecuário, já que a grande maioria das empresas do Estado são agroindústrias e empresas agropecuárias (privadas e cooperadas) do setor de carne, grãos, insumos industriais (fertilizantes, sementes, corretivos, defensivos, medicamentos veterinários dentre outras)¹⁵.

Contudo, apesar da potência agrícola e agropecuária, Tocantins tem seus contrastes cravados em suas microrregiões, em Palmas, não é diferente. A cidade de Palmas foi planejada e construída para ser a capital do Tocantins, sendo fundada em 20 de maio de 1989, o nome foi selecionado para homenagear a comarca de São João da Palma, que outrora foi a sede do ideário dissidente do norte goiano.

Segundo o IBGE (2014): “o primeiro passo para o planejamento da capital definitiva foi dado logo após a eleição do governador Siqueira Campos, em 15 de novembro de 1988, que solicitou levantamento para definir a localização de uma

¹⁵ CONEXÃO TOCANTINS. Agropecuária contribui com mais de 60% na formação do PIB de Tocantins.2021. Disponível em: conexão.com.br/2021/02/03/agropecuária-contribui-com-mais-de-60-na-formacao-do-pib-do-tocantins. Acesso: 25 fev. 2022.

cidade que lhe possibilitasse ser um polo de irradiação de desenvolvimento econômico e social do Estado”¹⁶.

A despeito dos enunciados oficiais, que procuraram destacar a concepção de uma cidade “planejada e democrática”, que acolheria pessoas oriundas de todas as partes do Brasil sem distinção, o que se denotou na constituição de Palmas, remete claramente aos modelos presenciados em várias cidades brasileiras (KRAN; FERREIRA, 2006).

Deste modo, segundo os autores, estas observações se comprovam na medida em que, ao se analisar o método utilizado para a construção da cidade de Palmas, está pautado na concentração de uma elite oligárquica, disposta a partir do acúmulo de terras urbanas e confluência política, institucional, estrutural e econômica. Não por acaso, as denominadas “terras urbanas”, na qual se insere as áreas mais valorizadas da cidade, estão dispostas às elites dominantes na esfera política e econômica.

O modelo utilizado para ocupação da cidade tendeu à formação de vazios ou de “espalhamentos”, através da descontinuidade na ocupação do solo urbano, onde parcelas (lotes) ficaram, a princípio, sem uso, sendo utilizadas mais tarde para a exploração imobiliária. As políticas de uso e ocupação do solo urbano que vigoraram desde o início da ocupação da cidade, juntamente com os instrumentos urbanísticos, foram utilizadas para legitimar este modelo de ocupação (Kran; Ferreira, 2006, p. 124).

Embora Palmas, ao contrário de outras capitais brasileiras, na qual incide de forma acentuada a exclusão socioespacial e periferização em decorrência da falta de planejamento e amplificação caótica das malhas urbanas, lida também com a especulação do mercado imobiliário, que produz o espraiamento urbano e o aumento contumaz de loteamentos irregulares em áreas vulneráveis, que por outro lado levam à segregação socioespacial advindas do poder público, sob o espectro legítimo de políticas e legislatura urbanística.

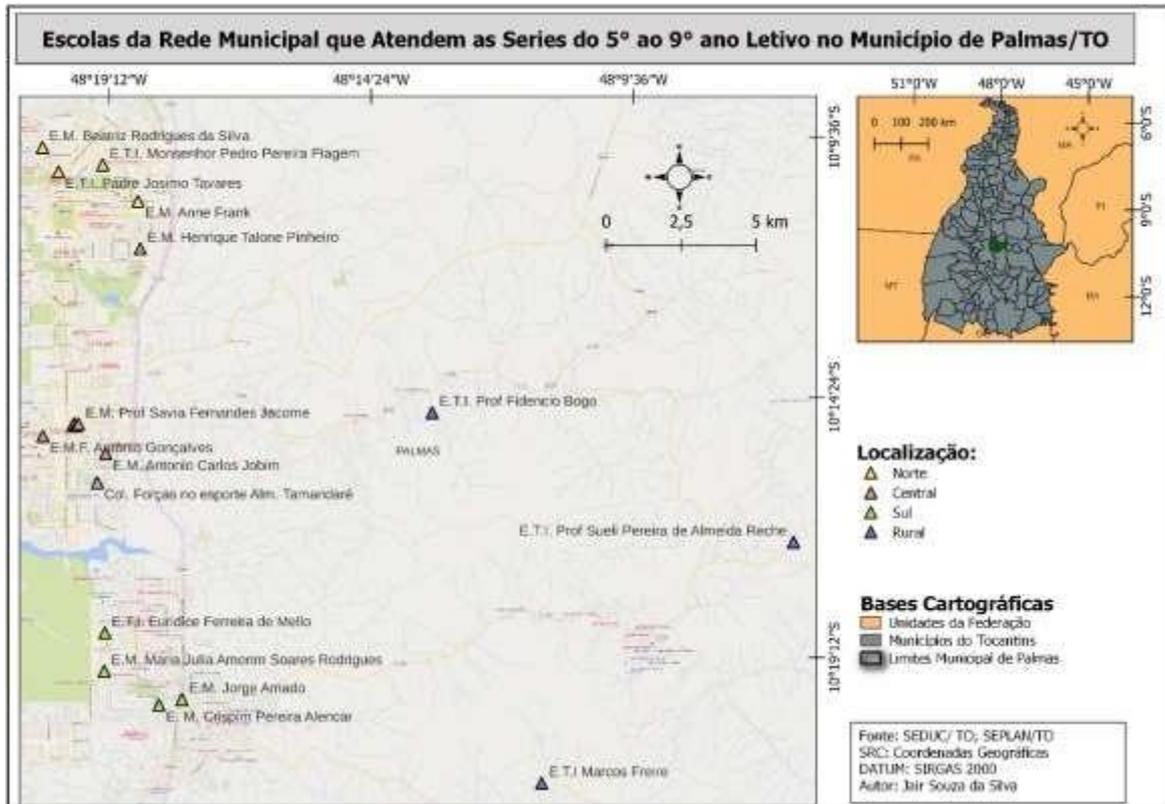
O acesso à terra urbana e às melhores condições de moradia, na cidade, não se difere dos padrões das demais cidades brasileiras, constituindo um bom exemplo de como as cidades planejadas também encerram a insatisfatória condição de produtoras de espaços segregados (Kran; Ferreira, 2006, p. 124).

¹⁶ IBGE. Cidades: Palmas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/historico>. Acesso: 25 fev. 2022.

A exclusão, precariedade e periferização de Palmas segue até o presente momento. Segundo Nogueira e Lira (2016, p. 2), ao se analisar todo o processo de formação da cidade de Palmas, verifica-se como as ocupações populares se disseminaram por terem sido liberadas pelos governantes, contrariando o chamado planejamento urbano, em detrimento de uma ocupação desordenada em várias quadras e vilas da cidade, gerando “(...) grandes vazios urbanos, dentro do Plano Diretor da cidade, e a formação de núcleos descontínuos e próximos, em seu entorno, levando a um crescimento desordenado nas bordas da cidade como é o exemplo do Setor Santo Amaro.”

Palmas é uma cidade com área de 2.219 km², com uma população estimada em 306.296 habitantes. No que se refere às escolas, a cidade conta com 62 escolas municipais, 33 estaduais, 54 privadas e 1 federal.

Figura 1 - Escolas 1



Fonte: SEDUC/TO(2023); Organização: Jair Souza da Silva(2023)

De acordo com o mapa da SEDUC/TO e SEPLAN/TO, as escolas que estão fora do Plano Diretor em áreas vulneráveis e precárias são:

- **Região Sul:**
Eurídice Ferreira de Melo;
Maria Júlia
Jorge Amado
- **Distrito de Taquarucu:**
Crispim Pereira

O Estado do Tocantins é o responsável pela situação de vulnerabilidade e precariedade de parte da população pobre e excluída. Com a chegada dos imigrantes pobres, oriundos de diversos lugares do Brasil, o Estado procurou investir nos bloqueios policiais nas entradas da cidade, assim muitas pessoas passaram a viver da forma em que podiam. A exemplo da ocupação desregrada da Região Sul da cidade, as moradias destinadas à população de baixa renda estão totalmente fora do plano urbanístico. Por isso, existem escolas fora do Plano Diretor, incrustadas no processo de periferização e marginalização.

Apesar do município de Palmas ter sido totalmente planejado e a cidade ser planificada, de acordo com Coriolano (2010), o processo de ocupação da cidade não foi diferente de outras cidades brasileiras. A população de baixa renda foi sumariamente excluída, por causa de uma ocupação territorial desordenada, sem o mínimo de planejamento, foram residir na periferia, e viram-se diante da falta de equipamentos sociais, péssima infraestrutura e moradias inadequadas.

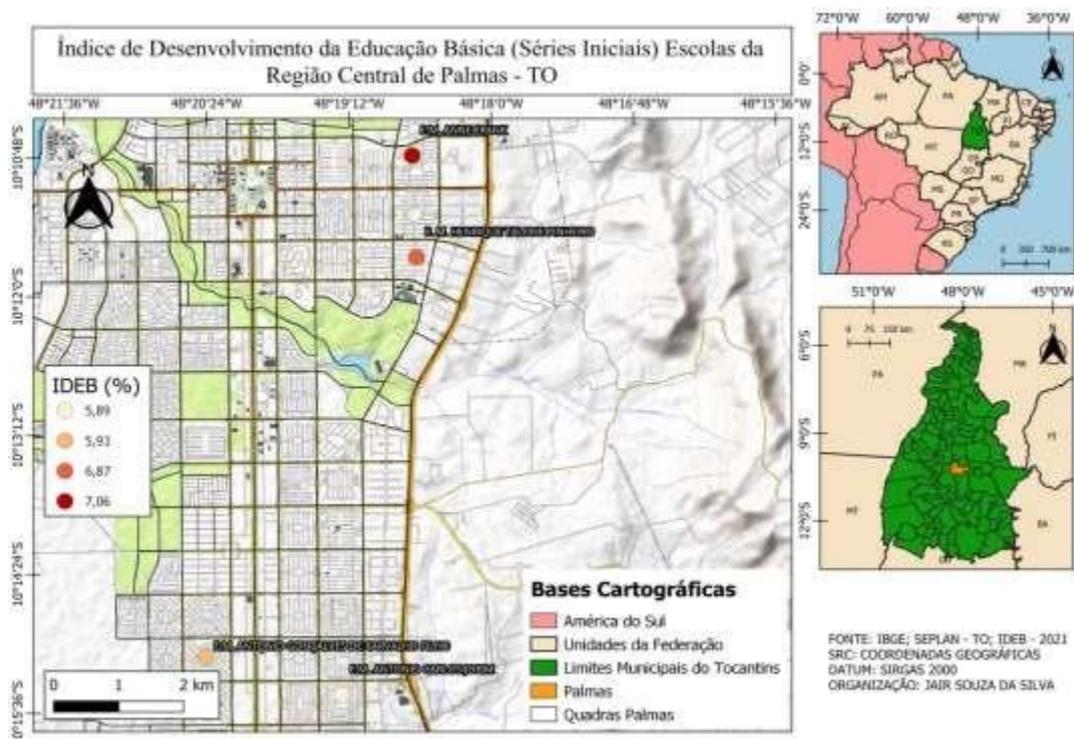
A intenção do planejamento era não ter os problemas socio territoriais de outras cidades planejadas que foram referências para a implantação da capital. Entretanto, repartida em parcelas, atualmente Palmas vive duas realidades opostas: de um lado uma cidade formal, planejada, pautada no modernismo, com grandes espaços de lazer, e demais espaços que aguardam uma valorização imobiliária; de outro lado nos deparamos com uma cidade informal, cheia de irregularidades, desigualdades socioeconômicas, decomposição ambiental, na qual se insere a população pobre e excluída.

Por sua vez, o Estado foi e ainda é o grande proprietário fundiário. A extensão capitalista visou a comercialização de propriedades afeito ao mercado imobiliário, com

negociações junto às empreiteiras responsáveis pelas obras de construção da cidade. O aumento da urbanização, levou o Governo do Estado a desapropriar áreas rurais, vendendo áreas urbanas altamente valorizadas em prol do capital para investimento.

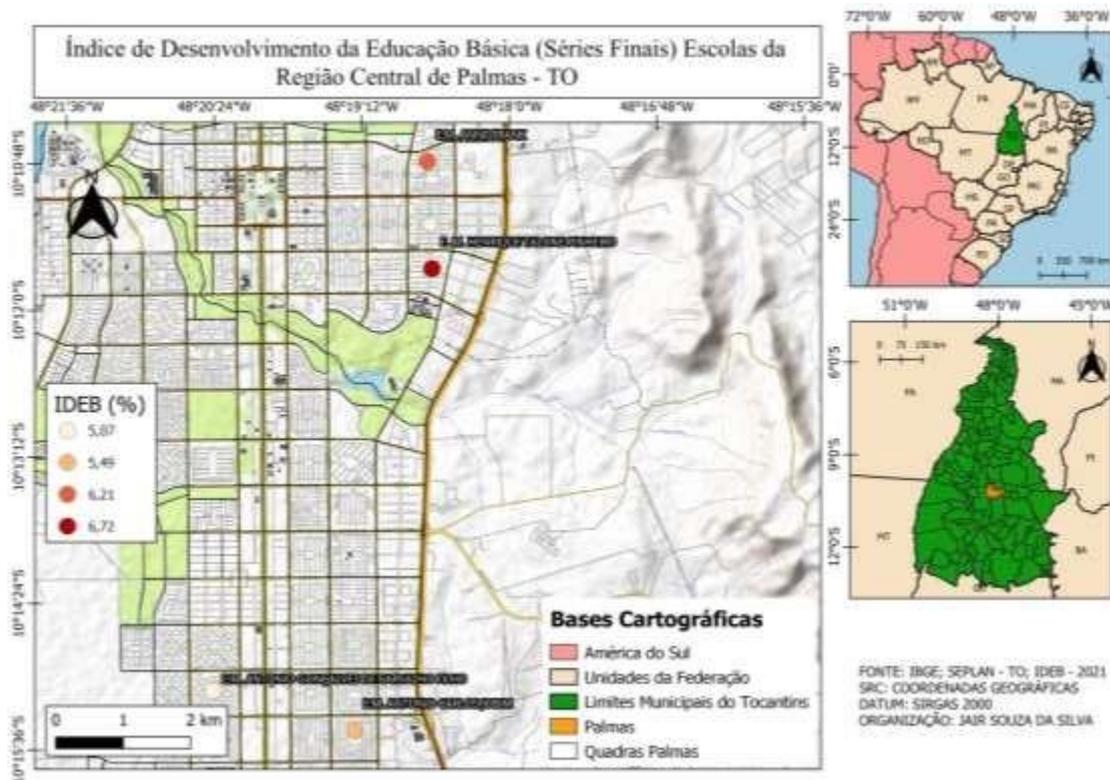
Esse conjunto de fatores promoveu a precariedade, vulnerabilidade e exclusão de grande parte da população. E isto fomentou também a desigualdade socioeducacional, visto que, a exclusão incide num agrupamento de propriedades, nas quais se encontram os indivíduos enquanto classe na estrutura das relações sociais. Desta maneira, ela acontece na medida em que o trabalho é apropriado nas relações de produção, levando à alienação na esfera material e cultural (Bourdieu, 2005).

Figura 2 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 1



Fonte: SEDUC/TO(2023);Organização: Jair Souza da Silva(2023)

Figura 3 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2



Fonte: SEDUC/TO(2023);Organização: Jair Souza da Silva(2023)

Os dois mapas acima mostram a disposição das escolas municipais que estão Área Central Inicial e Final, são elas: Escola Municipal Anne Frank, Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro, Escola Municipal Antonio Gonçalves de Carvalho e Escola Municipal Antônio Carlos Jobim. Todas as escolas deste grupo, são categorizadas com o atendimento em período parcial.

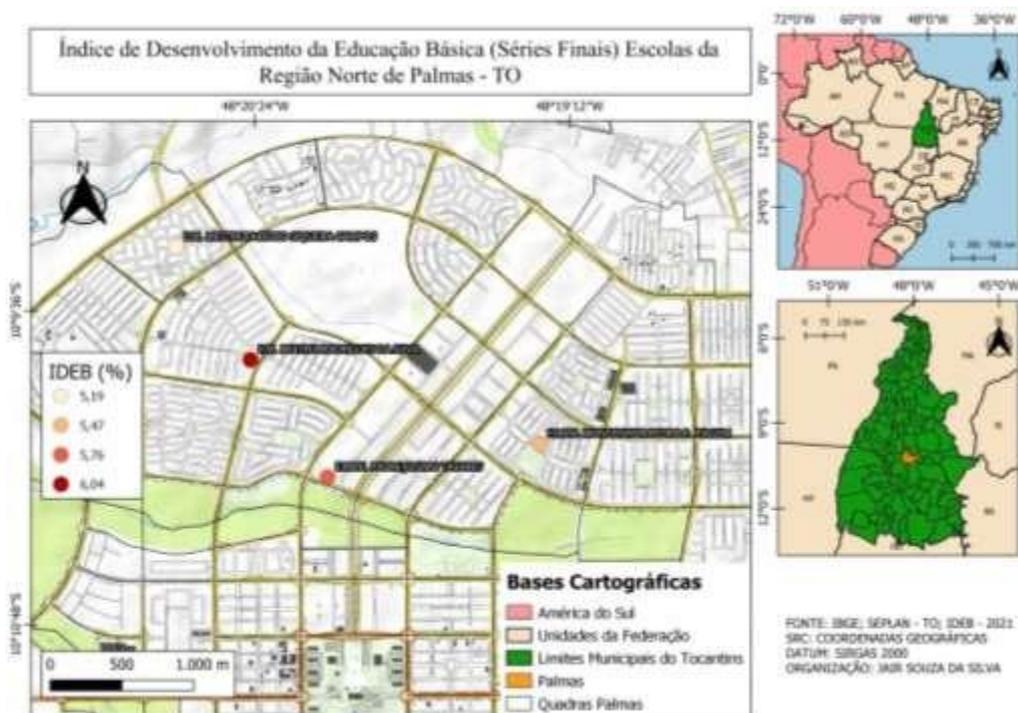
Percebe-se que as duas localizam-se em áreas mais privilegiadas, que a princípio atendem um público em sua maioria residente nas proximidades da área de maior concentração econômica do município, apresentam índices mais elevados, tanto nas séries iniciais, como nas séries finais, o que nos permite deduzir como o privilégio geográfico infere e contribui nestes resultados positivos.

Figura 4 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 3



Fonte: SEDUC/TO(2023);Organização: Jair Souza da Silva(2023)

Figura 5 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 4



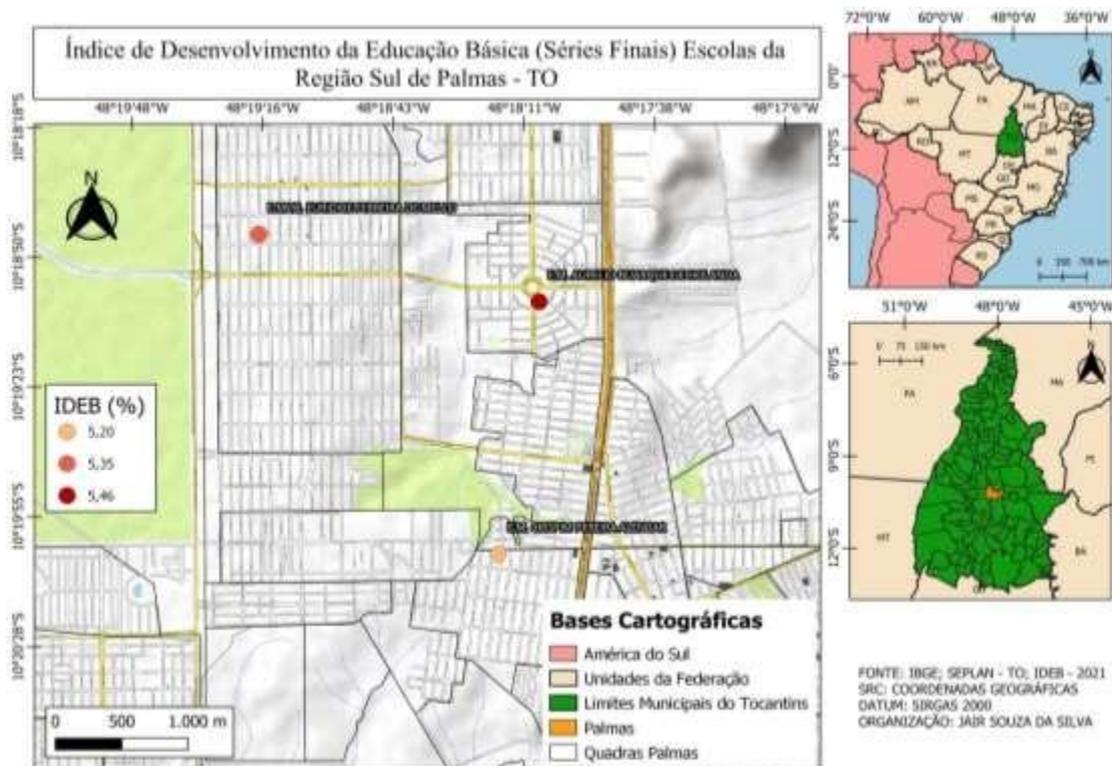
Fonte: SEDUC/TO(2023);Organização: Jair Souza da Silva(2023)

Na Região Norte temos as seguintes escolas: Escola de Tempo Integral Monsenhor Pedro Pereira Piagem, Escola de Tempo Integral Padre Josimo, Escola Beatriz Rodrigues e a Escola Mestre Pacífico Siqueira Campos. As duas últimas, até na modalidade parcial.

Nesta área, chama a atenção o resultado da Escola Beatriz Rodrigues, que mesmo inserida em uma região com histórico de ocupação desordenada, evidencia índices elevados, despontando entre a primeira das séries iniciais, demonstrando que a localização não é um fator que interfira de maneira determinante nos resultados.

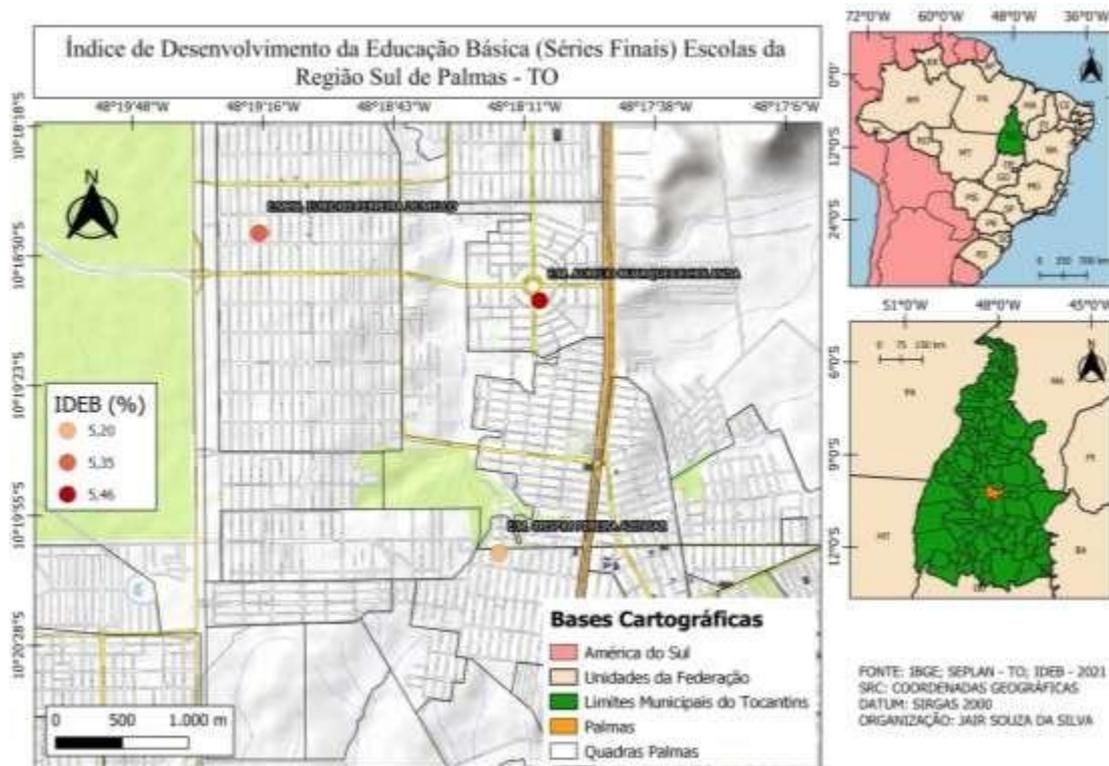
Outro fator que vale a ressaltar, é que não se evidencia resultados mais substanciais nas unidades que oferecem a permanência em tempo integral.

Figura 6 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 5



Fonte: SEDUC/TO(2023); Organização: Jair Souza da Silva(2023)

Figura 7 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 6



Escolas na Região Sul

As escolas que possuem concomitantemente turmas que encerram os ciclos das séries iniciais e finais, situadas na Região Sul da cidade são: Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Melo,

Vale sublinhar que, há um contingente de escolas públicas justamente nestas áreas vulneráveis e precárias. Lugares que, apesar da expansão urbana, se quer constam no Plano Diretor de Palmas. Desta forma, apontamos não apenas a desigualdade social, mas sobretudo, a desigualdade socioeducacional, visto que estão interligadas.

A associação com o processo de ocupação de nosso município, que ao longo de sua distribuição populacional, fragmentou a ocupação e ampliando as desigualdades presentes em seu território, tornando a Região Sul com a maior concentração de famílias de baixo poder aquisitivo. Esta situação evidencia-se nos índices educacionais, pois a unidades localizadas nesta região apresentam os menores índices do município.

Segundo Coriolano et al (2013, p.132): “as desigualdades territoriais condicionadas pelo planejamento excludente provocam nas cidades uma série de

problemas urbanísticos, sociais e ambientais, reproduzindo espaços desprovidos de infraestrutura e serviços públicos, com a formação de guetos sociais e a proliferação da violência urbana concentrada em áreas periféricas.”

Na cidade de Palmas não foi diferente, as desigualdades territoriais e sociais estão arraigadas, o que nos leva a questionar a função social da propriedade, um dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assim como está presente no Estatuto da Cidade que definem o Plano Diretor Municipal. Assim, está preconizado no artigo 7º que a função social deve atender o interesse coletivo, visando a aplicação social, justa e racional do solo, que procure usar de maneira adequada os recursos naturais, além de proteger, preservar e recuperar o meio ambiente, usar o solo de maneira compatível com a segurança e saúde dos usuários e comunidades, no entanto, isto não é seguido e colocado em prática (Coriolano et al, 2013).

Diante dessa conjuntura, a desigualdade social e desigualdade socioeducacional ganham um terreno fértil no município de Palmas/TO, mesmo porque, a cidade atende a demanda das classes privilegiadas, assim como do sistema capitalista que opera pela especulação imobiliária. A população pobre, excluída e vulnerável continuam a experienciar as desigualdades em suas vidas, com a falta de moradia digna, falta de infraestrutura, inseguranças e demais fatores sociais e econômicos que, obviamente, comprometem a educação e o desenvolvimento.

3 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ABORDAGEM DA DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL

3.1 Avaliação e Sistema de Ensino

O sistema de ensino brasileiro continuamente investiu em avaliações e exames no intuito de formar indivíduos adaptados, condicionados e responsáveis para exercerem determinados papéis na sociedade. O conhecimento escolar é classificado, medido, mensurado por notas para sancionar grupos de indivíduos (Tragtenberg, 2004).

Toda avaliação é fundamental ao processo educativo escolar, pois acata dimensões do desenvolvimento cognitivo e da obtenção de conhecimento do alunado, tendo em vista que essas funções são fundamentais para o ensino-aprendizagem.

Neste sentido, vale destacar que, ao iniciarmos nossa vida escolar passamos a ser avaliados pelos professores, desde o comportamento até as atividades didáticas presentes no cotidiano das aulas. Durante todo o processo de escolarização somos condicionados a atravessar diversos tipos de avaliações, que tem como objetivo identificar o conhecimento obtido num período, e se os resultados serão satisfatórios ou não.

A avaliação de aprendizagem procura verificar como está ocorrendo a aprendizagem, quais os instrumentos de ensino estão contribuindo para agregar o estudo, quais estratégias estão sendo utilizadas etc. Esse processo avaliativo procura auxiliar em decisões para aperfeiçoar o ensino-aprendizagem, tendo como propósito traçar ações que produzam resultados efetivos.

O processo de avaliação está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, que situa a avaliação como componente fundamental do ensino, contribuindo com a aprendizagem do alunado. Portanto, notamos que a avaliação escolar é concebida de forma igualitária, sendo um instrumento destinado a todos alunos, de maneira uniforme.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (...)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a)** avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b)** possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (...) (Brasil, 1996).

Contudo, apesar da avaliação estar essencialmente corroborada em suas finalidades de ser parte constitutiva do processo de escolarização, por vezes pode deixar de ser um instrumento assertivo na escola, podendo amplificar as desigualdades socioeducacionais. A avaliação muitas vezes é empregada como exame classificatório, tornando-se uma ferramenta que mede o conhecimento de acordo com a resposta dos alunos nas provas, mostrando seus acertos e erros, podendo gerar inclusão ou exclusão escolar.

Vale enfatizar que, a avaliação não é neutra, pois tem seus propósitos, inclusive quando pensamos o que está sendo avaliado, para que serve determinada avaliação, assim como qual meta terá a nota ou o conceito que se espera o alunado atingir, porque pode visar uma classificação, dos alunos, das escolas, e até mesmo a qualidade e desenvolvimento do ensino. Entretanto, a avaliação pode ser utilizada não para classificar, e, sim para diagnosticar o que está acontecendo para que haja uma reparação que leve à melhoria.

Destacamos também que, desde da década de 1990, iniciou-se o processo de políticas públicas e reformas educacionais que surgiram no Brasil – muitas delas sobre a égide da defesa do Estado mínimo, mas com o máximo de eficácia -, para tanto, as avaliações externas tinham um papel preponderante, ganhando força com o discurso de qualidade educacional, tendo como efeito direto o surgimento de rankings com os melhores e piores resultados, abrangendo os sistemas de ensino de escolas públicas e particulares (Chirinéa; Brandão, 2015).

Segundo os autores, na década de 1990 as políticas educacionais vão ganhando um contorno, na medida em que, há um investimento em avaliações externas como mecanismos de controle e regulamentação do Estado. Assim, a ideia de qualidade de ensino perpassa o ajuste de notas e resultados colhidos por meio das avaliações externas, tais como, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil. Estas avaliações têm como propósito medir as habilidades dos alunos em conteúdos referentes às áreas de Língua Portuguesa e Matemática, para

em seguida, tornar-se um possível indicativo na qualidade de ensino ministrado nas escolas, auxiliando as deliberações da gestão escolar.

Como efeito direto deste processo foi concebido e instituído o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador do Ministério da Educação (MEC), concebido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), que reúne os dados do SAEB e da Prova Brasil, assim como verifica as taxas de aprovação, reprovação e de evasão escolar, adquirida por meio dos dados sistematizados do Censo da Educação Básica. A associação desses fatores produz um parâmetro delimitado de metas a serem atingidas, com o intuito de monitorar e avaliar o sistema educacional brasileiro, para garantir o aperfeiçoamento da qualidade educacional.

3.2 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

De acordo com o Ministério da Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi instituído em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é um instrumento para aferir a condição do aprendizado nacional, para se conceber metas visando o desenvolvimento do ensino.

Neste sentido, o Ideb opera como um indicador nacional que permite o monitoramento do nível da educação da população brasileira, por meio de subsídios visíveis, em busca de aprimoramento. Assim, “o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar¹⁷, realizado anualmente (MEC, 2023).

¹⁷ BRASIL. Diário Oficial da União – Seção nº 59, terça-feira, 27 de março de 2007 Ministério da Educação Gabinete Do Ministro Portaria Nº 264, De 26 De Março De 2007 O Ministro De Estado Da Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve Art.1o Instituir o Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica, com o objetivo de estabelecer a data de referência das informações declaradas ao Censo Escolar da Educação Básica. Art. 2o Determinar a última quarta-feira do mês de maio, de cada ano, como data de referência para as escolas informarem os dados educacionais ao Censo Escolar. Art. 3o Todos os estabelecimentos de ensino do país deverão responder ao Censo Escolar, por meio do sistema "Educacenso", com base nessa data de referência. Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria MEC no 1.496, de 6 de dezembro de 1995 e demais disposições em contrário. FERNANDO HADDAD”. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/legislacao_documentos/2011/portaria_n2_64_dia_nacional_censo_2007.pdf Acesso: 02 de ago. 2023.

As médias de desempenho do Ideb são empregadas na Prova Brasil¹⁸, tanto em escolas quanto em municípios, assim como constituem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) presentes nos estados e realizados paulatinamente a cada dois anos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina informações de fluxo e de desempenho dos alunos, criado para promover um sistema de accountability visando a melhoria da qualidade da educação no país. Ao elaborar metas detalhadas para cada rede e escola – com as quais governadores e prefeitos se comprometeram por meio do Compromisso Todos Pela Educação – ao calcular e divulgar amplamente os resultados do Ideb, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) possibilitou que os atores educacionais pudessem ser responsabilizados pelos resultados de sua unidade e que o Ministério da Educação (MEC) identificasse e premiasse as escolas que atingem as metas, mas também oferecesse assistência técnica e financeira para as redes com piores resultados.

Segundo o MEC os indicadores educacionais servem para acrescentar uma competência analítica e avaliativa às estatísticas, permitindo conhecer tão somente o desempenho dos alunos, assim como a esfera socioeconômica e as situações do processo ensino-aprendizagem no qual os quocientes foram adquiridos. Desta maneira, os indicadores beneficiam o monitoramento e acompanhamento dos sistemas educacionais, a partir do acesso, permanência e aprendizagem de todo alunado. Também colaboram para a instituição e amplificação de políticas públicas educacionais, que servem para aperfeiçoar a qualidade da educação.

O IDEB é parte constitutiva do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/07)¹⁹, é

¹⁸ “A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos”(MEC, 2023). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil> Acesso: 02 de ago. 2023.

¹⁹ “Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (...) CAPÍTULO II - DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

um mecanismo legal que põe em ação as 28 orientações abrangidas no PDE, que tem como principal eixo a qualidade educacional, assim como a mobilização social para atingir as metas definidas pelo plano. Contudo, espera-se um entendimento entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil.

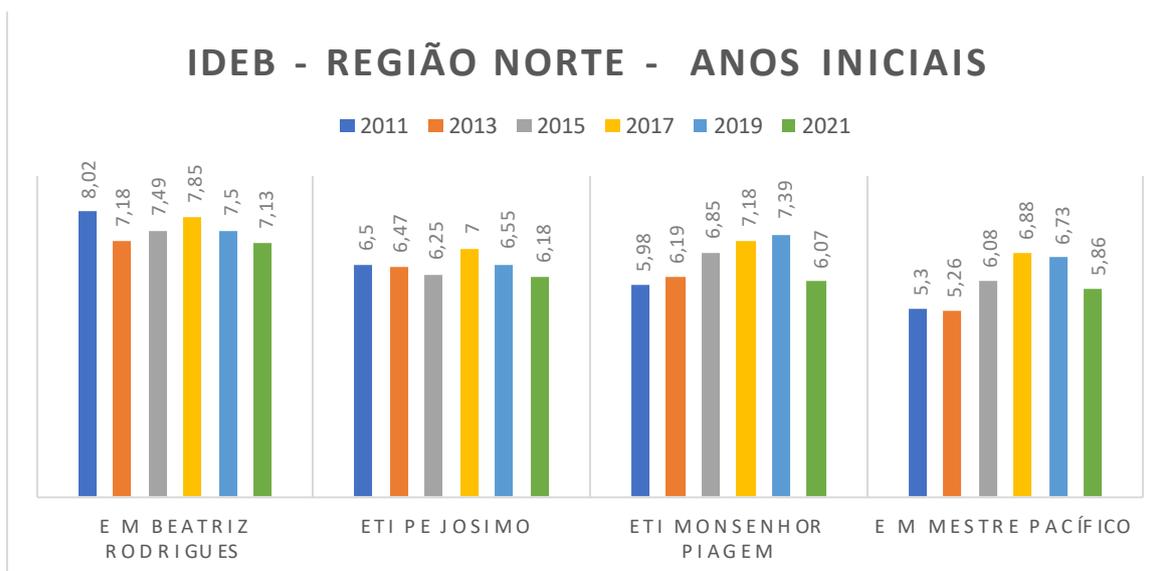
Cabe a cada Estado federado adere de forma voluntaria se compromete e se responsabiliza em promover a melhoria de qualidade da educação básica no âmbito de sua competência, por meio de meta determinada pelo IDEB.

A recomendação oficial visa limitar a reprovação indistinta e instituir metas para os sistemas de ensino e as escolas, numa movimentação pela qualidade da educação. Neste sentido, O IDEB, visa gerar políticas públicas educacionais, assim como, produzir ações nas escolas e sistema de ensino de excelência.

Em seguida temos o IDEB de Palmas -TO, compreendendo o período de 2011 a 2021 no qual, podemos notar que as variações são poucas no período.

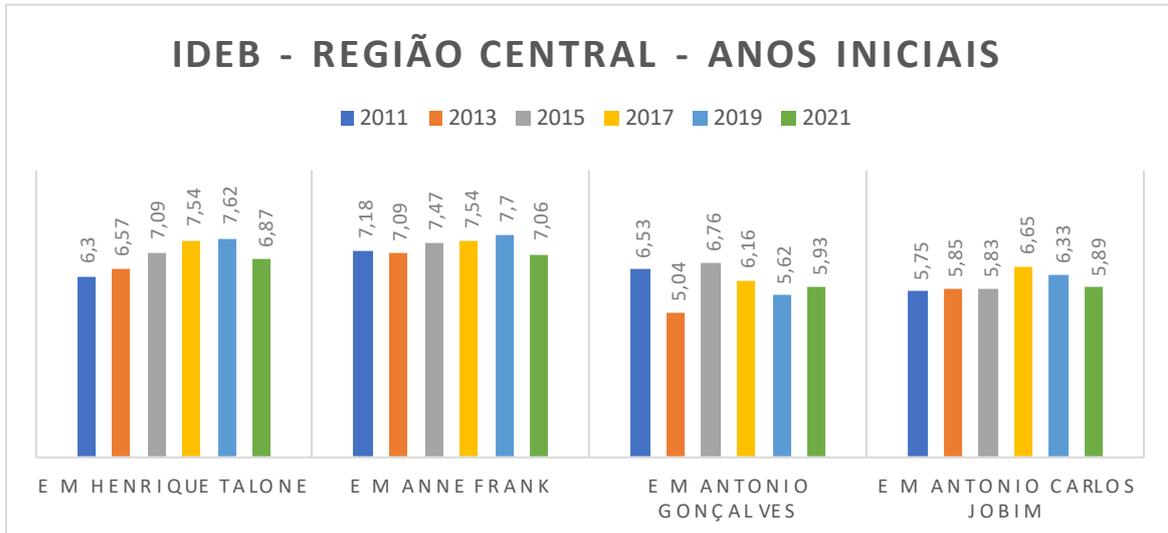
IDEB – Palmas-TO – Anos Iniciais – Resultados 2011 a 2021

Figura 8 - IDEB - Região Norte - Anos iniciais



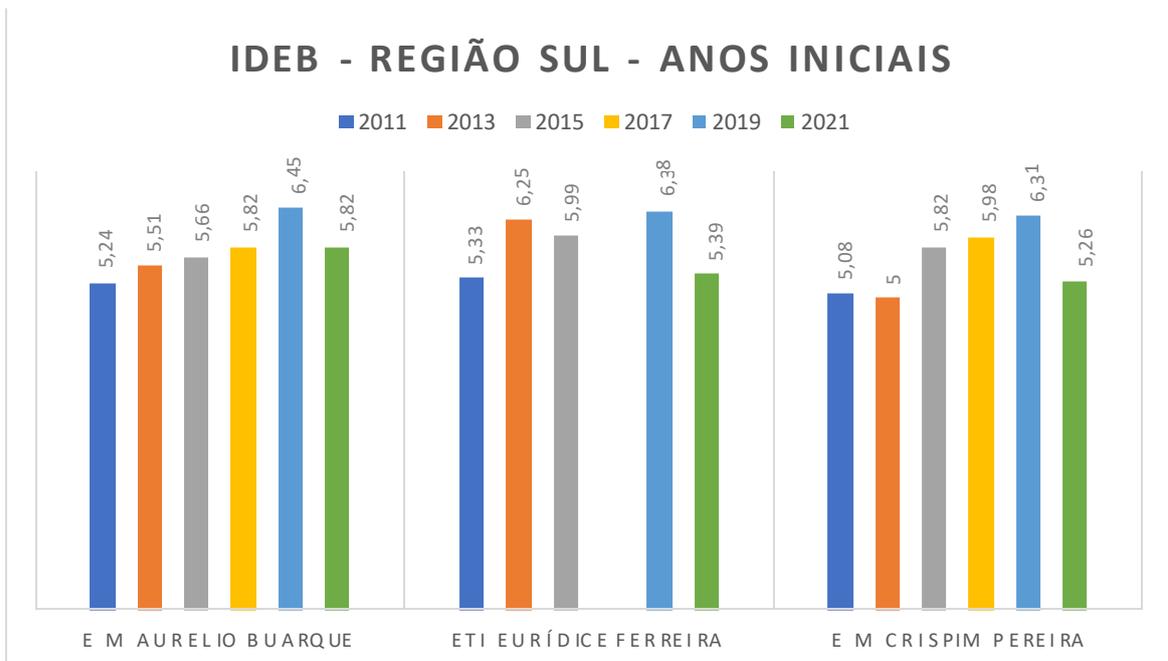
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

Figura 9 – IDEB - Região Central - Anos iniciais



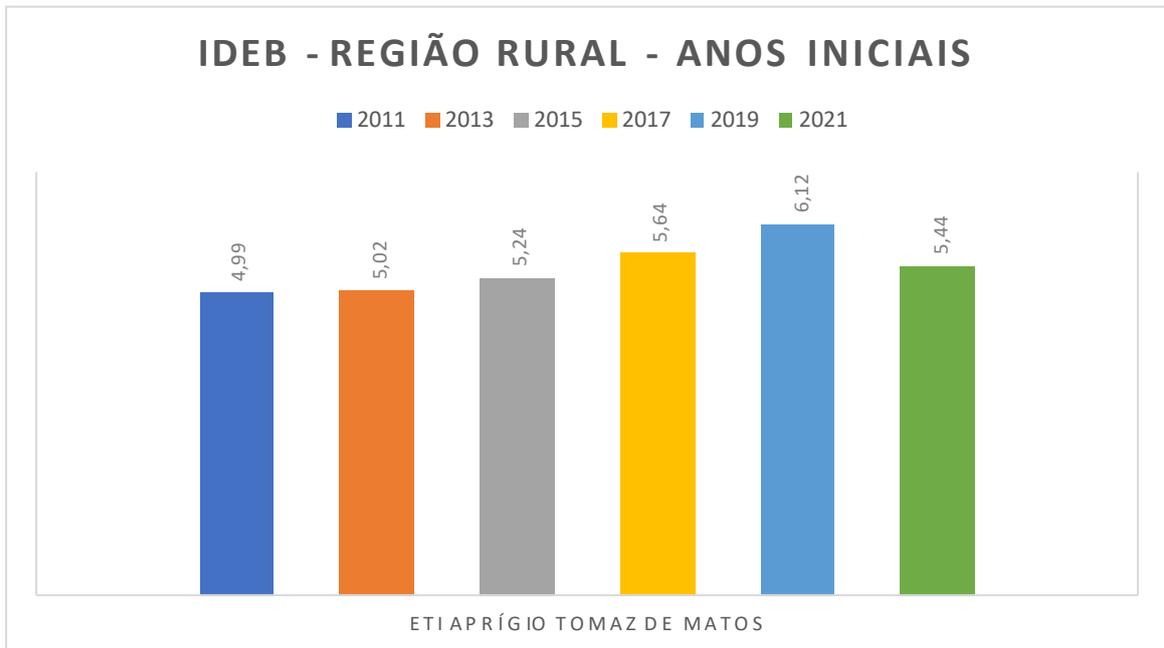
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

Figura 10 - IDEB - Região Sul - Anos iniciais



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

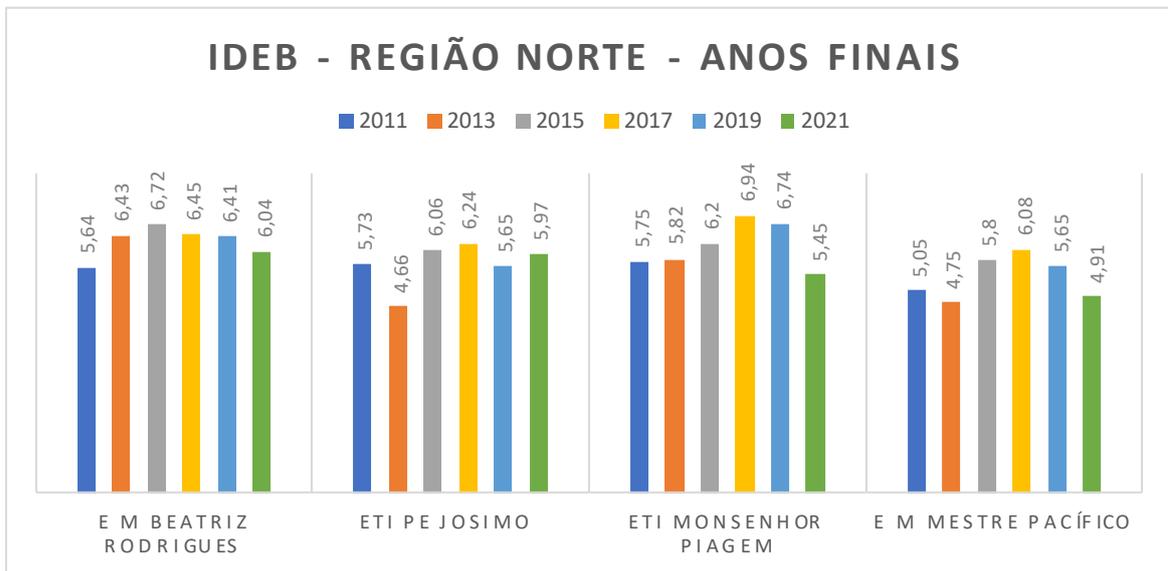
Figura 11 - IDEB - Área Rural - Anos iniciais



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

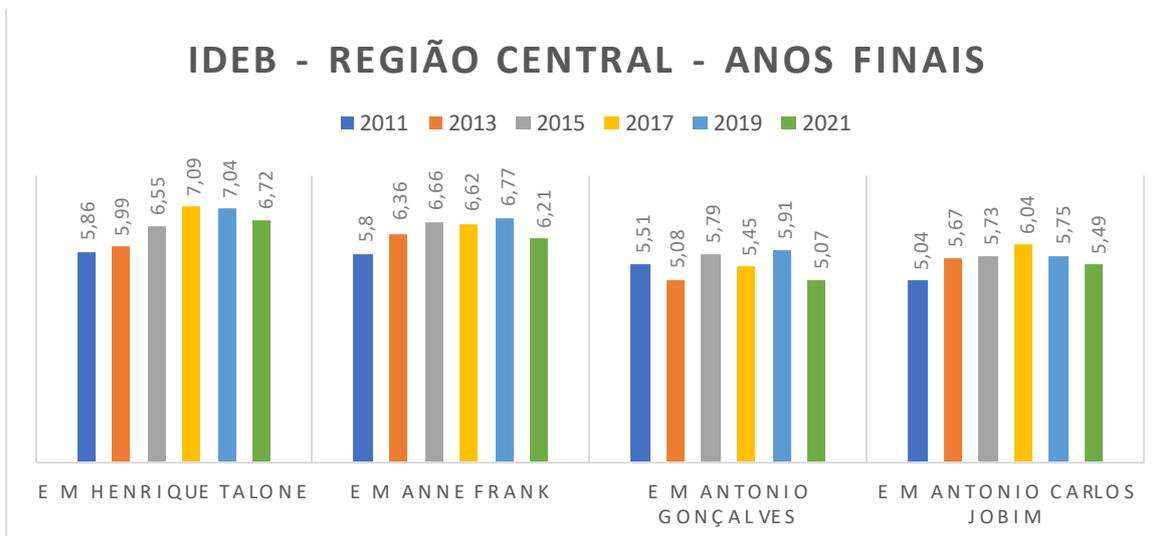
IDEB – Palmas-TO – Anos Finais – Resultados 2011 a 2021

Figura 12 - IDEB - Região Norte - Anos finais



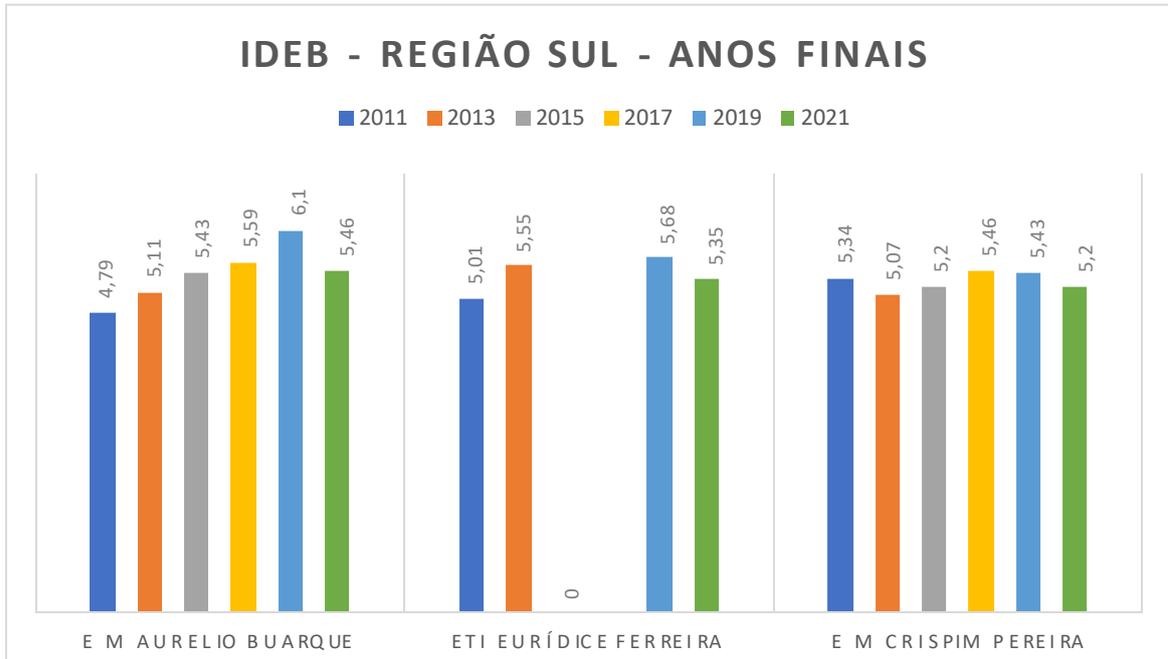
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

Figura 13 - IDEB - Região Central - Anos finais



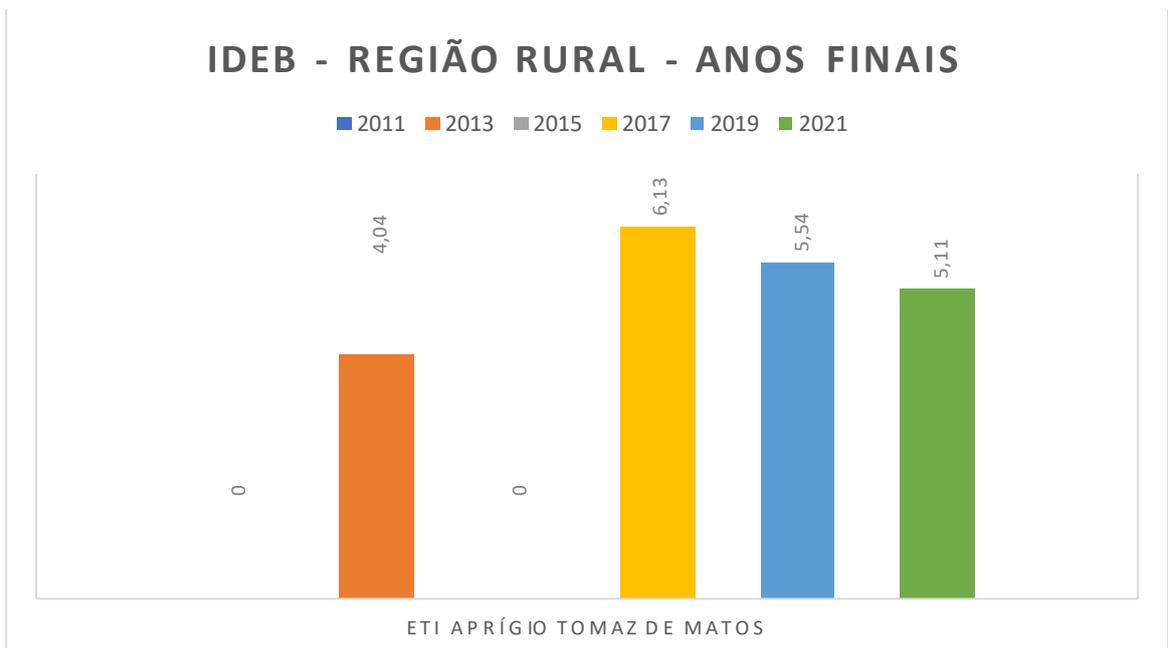
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

Figura 14 - IDEB - Região Sul - Anos finais



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

Figura 15 - IDEB - Região Rural - Anos finais



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

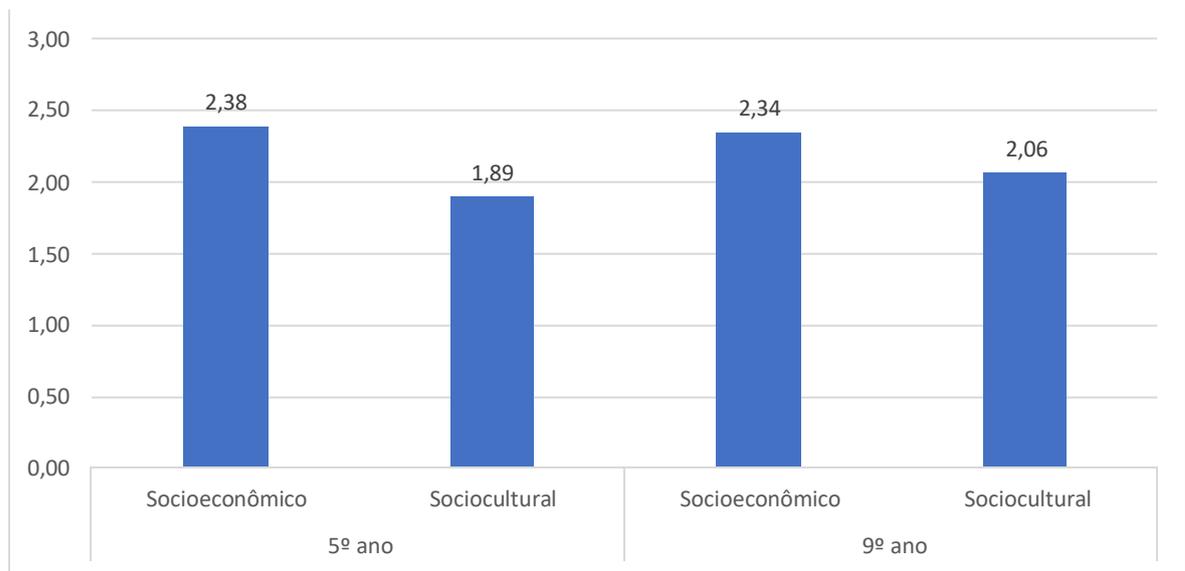
3.2.1 Indicador socioeconômico e sociocultural

Base de dados:

5º ano Fundamental: Questionário com 48 perguntas, respondido por 2.734 do 5º ano do Ensino Fundamental

9º ano Fundamental: Questionário com 49 perguntas, respondido por 1.854 do 9º ano do Ensino Fundamental

Figura 16 – Gráfico 1: Ensino Fundamental – Indicador Socioeconômico e Sociocultural do Idsed, 2019

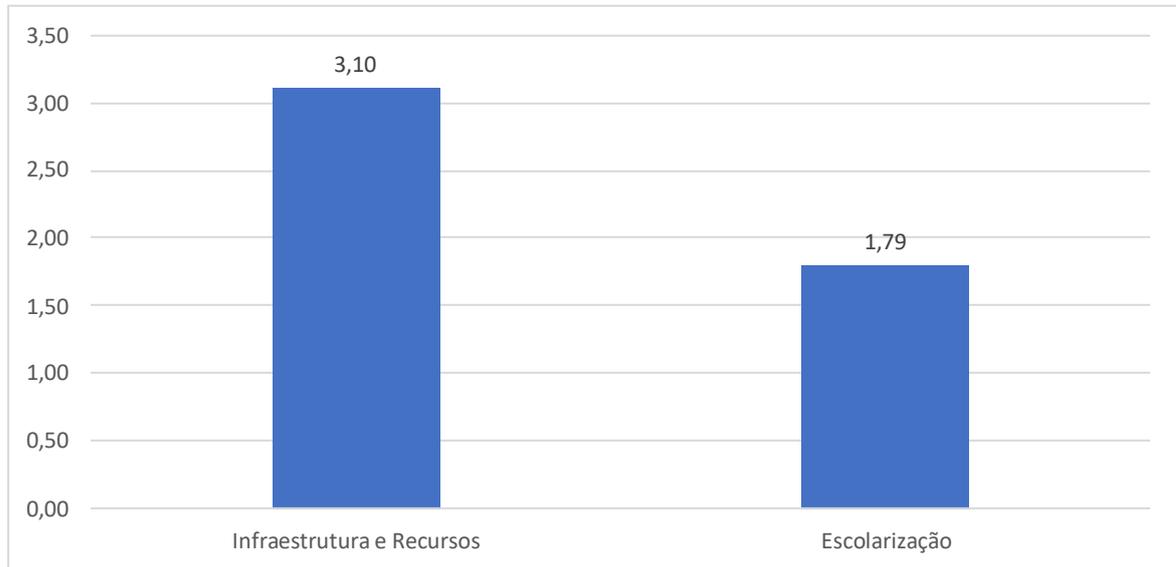


Fonte: Censo da Educação Básica 2019/INEP.

3.2.2 Infraestrutura e recursos / escolarização

Total de escolas municipais: 74 escolas

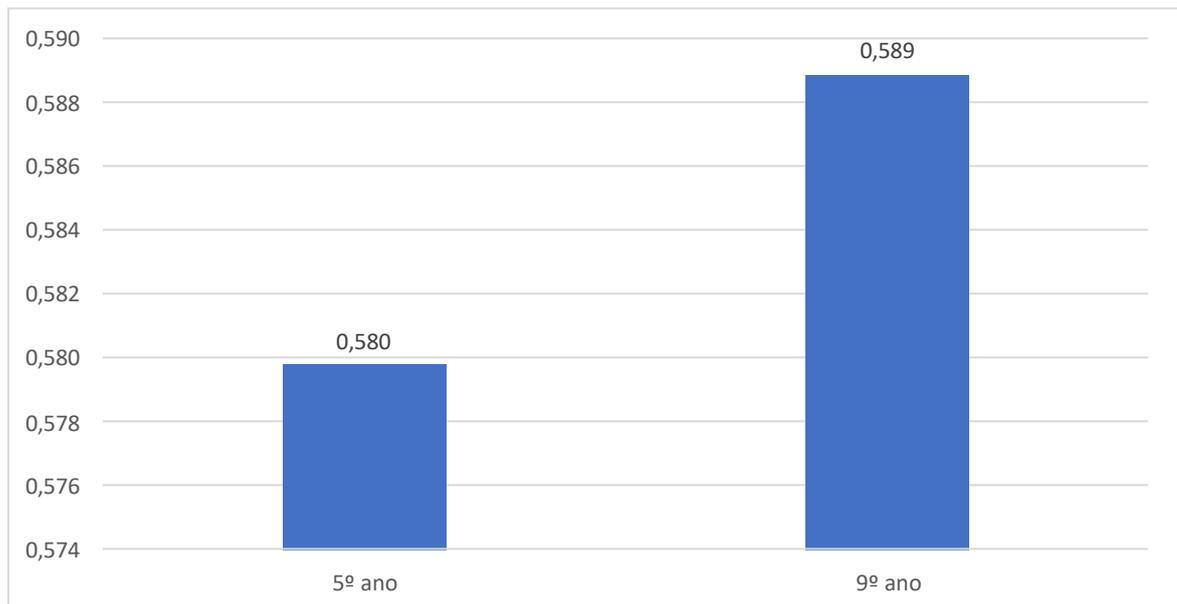
Figura 17 - Gráfico 2: Ensino Fundamental – Indicador de Infraestrutura e Recursos e de Escolarização do Idsed, 2019



Fonte: Censo da Educação Básica 2019/INEP.

3.2.3 IDSED

Figura 18 - Gráfico 3: Índice de Desigualdade Socioeducacional (Idsed) do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental – 2019



Fonte: Censo da Educação Básica 2019/INEP.

A divulgação do IDSED 2019, foi feita na busca da compreensão e análise de como a as questões socioculturais e socioeconômica são expressas no espaço geográfico, pertinente à rede municipal de educação de Palmas, na busca de uma

análise, que permita perceber sua influência, mas que em apenas um período, o ano 2019, para uma demonstração de como estes critérios são manifestados neste território.

Verifica-se que apesar da pouca abrangência temporal, é notado, um impacto não substancial no resultado distribuído ao longo dos territórios. As regiões central e norte não demonstram discrepâncias consideráveis, que possam justificar e comprovar uma desigualdade educacionais nestas regiões, mas é notado índices mais baixos na região sul, que apresenta indicadores socioeconômicos mais baixos

O Índice de Desigualdade Socioeducacional (IDSED) se diferencia de outros índices, na medida em que procura dimensionar de forma sucinta e analítica o aspecto educacional, a partir de noções basilares do processo educacional. Todavia, o IDSED procura analisar a eficácia escolar ao considerar questões sociais que não envolvem apenas o ambiente escolar, mas uma série de fatores extraescolares.

Sendo assim, o IDSED torna-se um mecanismo complementar ao IDEB no que se refere à concepção de diretrizes, estratégias e políticas educacionais, buscando mitigar as desigualdades presentes no processo educacional, e, podendo cooperar para o desenvolvimento territorial.

4 A DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL FRENTE A COVID-19: O CASO DE PALMAS-TO

4.1 Desigualdade Social, Vulnerabilidade e Educação

É de fundamental relevância tratar a questão da desigualdade social e vulnerabilidade social para se analisar a desigualdade socioeducacional. Muito tem se debatido temas sociais que como um problema histórico recorrente, abordado em estudos acadêmicos, pesquisas e políticas públicas. Neste caso, torna-se explícito o embate entre capital e políticas educacionais, tendo em vista que a população pobre é a mais vulnerável, sendo exposta a inúmeras fragilidades no âmbito da educação, saúde, moradia etc.

A desigualdade social é um fator preponderante no presente cotidiano das capitais brasileiras. Há um conjunto de fatores sociais, econômicos, históricos e políticos que caracterizam esta marca indelével nos grandes centros urbanos, que aglutinam num mesmo espaço territorial e local grupos sociais antagônicos e complementares, com interesses diferentes. “As consequências do sistema capitalista é a crescente desigualdade social e a exploração sem limites do trabalho humano e da natureza. Essa estatística aparece em relatórios confiáveis sobre o aumento da fortuna e do empobrecimento” (Souza, 2020, p. 20).

Segundo Santos (2020, p. 5) a crise da pandemia não foi contraposta às circunstâncias de normalidade. Desde os anos 1980, com proeminência do neoliberalismo como reatualização do capitalismo que foi se sujeitando à lógica do mercado financeiro, em todas as partes do mundo vive em constante estado de crise. Uma situação completamente atípica que, por um lado, revela a ideia do paradoxo de crise permanente, que no caso deveria ser tratada como algo passageiro, incomum, de certa forma seria superada e se iniciaria uma condição melhor de vida. De outro lado, se a crise é de fato passageira, precisa ser esclarecida pelos fatos que a motivaram. No entanto, quando se torna permanente, a crise torna-se um fator que explica todo o restante. “Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários”.

Entretanto, existem outras características intrínsecas à desigualdade social, com especificidades abalizadas em diferentes fatores que devem ser considerados, tais como: como se vive, onde mora, como se estabelece os relacionamentos familiares e comunitários, religiosidade, maneira de se vestir, hábitos alimentares, entre outros. Além disso, existe uma produção de subjetividades acerca da desigualdade social, nas quais indivíduos se sentem expostos à “própria sorte”, desmotivados, isolados e sem forças para se sentir partícipe da sociedade.

Tomemos como exemplo a problemática da evasão escolar, como um fator preponderante no sistema educacional brasileiro, e que vem aumentando entre os estudantes das escolas públicas, não somente no ensino médio, mas também no ensino fundamental dos anos finais.

De acordo com Figueiredo e Salles (2017), a evasão escolar pode ser compreendida como um acontecimento social grave, porque assinala a interrupção dos ciclos escolares dos estudantes, levando crianças e adolescentes a se evadir da escola, o que gera problemas profissionais no futuro, afeta sua própria vida, e a expectativa de correlação entre educação e desenvolvimento econômico do país. No entanto, cabe ressaltar que a evasão escolar ocorre com maior frequência entre os alunos pobres e das camadas sociais desprivilegiadas, por serem vulneráveis e oriundos de famílias desfavorecidas financeiramente.

Segundo a Oxfam Brasil (2023)²⁰ a vulnerabilidade social se articula com a situação socioeconômica e associada há uma parte da população sem recursos para se encarregar de questões que abarcam renda, moradia, trabalho, saúde e educação. Assim, a vulnerabilidade social é um tema multifatorial com diversas variáveis a serem pesquisadas, o que leva a uma série de reflexões a respeito de pobreza, marginalização, exclusão, situação de risco, desigualdade racial, desigualdade social etc.

As circunstâncias de vulnerabilidade social têm como principal característica a falta ou perda dos direitos e garantias fundamentais, tais como: direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e propriedade, assim como aos direitos sociais, como: educação, saúde, trabalho, lazer etc. todos preconizados na Constituição

²⁰ OXFAM. Vulnerabilidade social no Brasil: como anda o amparo da população. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/vulnerabilidade-social-no-brasil-como-anda-o-amparo-a-populacao/>. Acesso em 07 de ago. de 2022.

Federal. Sendo assim, é necessário compreender as especificidades desta situação problemática para elaborar políticas públicas e ações de combate à vulnerabilidade.

O vínculo intrínseco entre vulnerabilidade social e desigualdade social alcançam outras dimensões e afetam diretamente pessoas pobres, frágeis e excluídas da sociedade. Não por acaso, a desigualdade social se faz presente no campo da educação, especificamente no sistema educacional que advém de um processo histórico no qual as relações sociais e de produção incidiram na exploração e dominação de grupos econômicos privilegiados sobre outros grupos desprivilegiados. A dominação social se incrustou no sistema educacional produzindo um distanciamento e divisão na esfera do ensino e aprendizagem.

Notemos que, os grupos privilegiados se apropriaram de atividades intelectuais e científicas, para utilizar na esfera da divisão do trabalho, a exemplo daqueles que planejam e os que executam as tarefas. Assim, a educação tornou-se um pilar da desigualdade social, tendo em vista que os conhecimentos técnicos-científicos foram imprescindíveis para o desenvolvimento do sistema produtivo.

Além de fazer parte constitutiva das desigualdades sociais, o sistema educacional reproduz a dinâmica da sociedade, se pauta em relações desiguais e mantém as desigualdades socioeducacionais como espelhamento do sistema capitalista. Isto acontece não por acaso, mas como consequência de um sistema de poder que opera pela manutenção da desigualdade, exploração e dominação, incidindo sobre a qualidade de vida da população pobre brasileira por meio da falta de acesso à educação de qualidade, saúde, moradia, saneamento básico etc. (Souza, 2020).

Neste sentido, as desigualdades sociais dificultam o acesso à educação da população pobre, reduzindo sua capacidade e impedindo a conquista de oportunidades e qualificação profissional, ao produzir barreiras que afetam sua qualidade de vida e produtividade. Quando uma pessoa se evade da escola, desiste dos seus estudos na educação básica, seu potencial produtivo fica reduzido por toda sua vida.

Ao refletir sobre a pobreza, percebemos que a face mais cruel está na desigualdade, pois esta é o cerne da pobreza. Enquanto um segmento da sociedade tem acesso à alimentação, lazer, Educação, saúde e escolhas, milhares de pessoas sobrevivem às margens da sociedade, sem nenhuma oportunidade de melhorias. Estes cidadãos marginalizados não são atendidos com dignidade em instituições que

deveriam protegê-los. Ao contrário, em muitos casos são destratados, invisíveis como pessoas, veem neles problemas, enxergam-nos como incapazes e por isso não proporcionam meios para que saiam da pobreza em que se encontram. Mais do que isso, o referido segmento privilegiado espera que continuem assim para que perpetuem nestas condições, sentindo-se superiores e necessários, pois não almejam ter, nestes desafortunados, futuros concorrentes para suas posições.

As pessoas pobres com baixa escolaridade, quando se inserem no mercado de trabalho recebem baixos salários, porque não tem qualificação profissional para concorrer de igual para igual com os trabalhadores qualificados, porque estes têm uma formação educacional que lhes permite ter competências, ser mais produtivo e inovador. Para a sociedade existe um peso que recai na produtividade e economia, porque ao impedir o acesso à educação, a desigualdade social gera efeitos perversos que se espriam pelo sistema econômico, político e cultural.

Não por acaso, isso se reflete na perpetuação da desigualdade socioeducacional, que produz a exclusão escolar e médias inferiores em desempenhos avaliativos. De acordo com a UNICEF (2021) essas questões no Brasil abarcam dois fatores: classe social, cor (raça/etnia) incidindo sobre crianças e adolescentes pobres e miseráveis; em sua maioria negros e indígenas. Isso diz respeito a um processo histórico de manutenção de poder e descaso que produzem situações de risco e vulnerabilidade.

A exclusão escolar tem classe e cor. A situação de vulnerabilidade em que se encontram crianças e adolescentes pobres, pretas(os), pardas(os) e indígenas, no Brasil, não é uma coincidência, não é resultado de um processo histórico que, tal como a natureza, não é previsível nem controlável, mas da manutenção de escolhas que condenam grandes parcelas da população à invisibilidade, ao abandono e ao silenciamento. (...) As parcelas da população em idade escolar mais excluídas concentram-se entre as crianças de 4 e 5 anos e entre adolescentes de 15 a 17 anos. A inclusão dessas faixas etárias na escolarização obrigatória no Brasil foi estabelecida em 2009, pela Emenda Constitucional n. 59, e o prazo para sua implantação se encerrou em 2016. Passados 12 anos de sua promulgação, são essas parcelas da população em idade escolar que menos têm acesso à escola, indicando que a garantia do direito à educação, estabelecida na lei, ainda tem um longo caminho para efetivar-se (UNICEF, 2021, p. 8).

Segundo Garrafa e Setubal (2008) o problema da desigualdade social é persistente em todo o território nacional, ao ponto de ser objeto de estudos e pesquisas em diversas áreas das humanidades. As autoras identificam a gravidade das adversidades que cercam esta questão social, tais como, a pobreza, a exclusão,

a vulnerabilidade psíquica e social, a violência etc., no entanto, reiteram que para superar estes obstáculos não se pode investir somente em políticas públicas ancoradas em benefícios sociais, como o Bolsa Família.

Ainda assim, enfatizam a necessidade de se investir em educação para estancar os desequilíbrios causados pelas desigualdades sociais que desaguam nas desigualdades socioeducacionais. “Uma educação de qualidade para todos só poderá ser construída a partir do investimento público na capacitação dos educadores em relação a essa problemática social, ao lado de iniciativas que promovam a abertura da escola à comunidade” (Garrafa e Setubal, 2008).

Combater a falta de perspectivas e desmotivação como efeitos da desigualdade social que atinge a educação é urgente, para que se possa construir e suscitar uma educação de qualidade ao alcance de todos.

Isto posto, é preciso destacar que a desigualdade social, vulnerabilidade social, pobreza e exclusão não são efeitos característicos da pandemia do novo coronavírus. Ocorre que, especificamente no momento pós pandemia da covid-19, e depois de quatro anos de um governo reacionário e negacionista, estes problemas recorrentes ficaram proeminentes.

4.2 Palmas: desigualdade socioeducacional e covid-19

Como vimos até o momento, as desigualdades sociais estão presente em todo o país, e não seria diferente no estado do Tocantins e no município de Palmas. As questões sociais vinculadas às desigualdades, têm suas especificidades e acarretam problemas na educação, renda, trabalho, moradia, transporte etc.

O debate em que pese a questão social, neste momento, exige um entendimento sobre as desigualdades sociais a partir da conexão com o neoliberalismo, especialmente quando nos deparamos com as desigualdades socioeducacionais frente ao surto da covid-19.

A pandemia do covid-19 foi tratada como um caso urgente de saúde pública, afetou a sociedade, o mercado de trabalho, o desenvolvimento econômico, e especificamente atingiu a educação, mudando completamente o formato das aulas, fechando escolas e universidades, alterando o ensino e aprendizagem, suscitando insegurança em professores, gestores, alunos e suas famílias.

Segundo Carlos (2020) o desequilíbrio causado pelo novo coronavírus foi muito mais complexo, pois agravou a crise social urbana brasileira, em decorrência da radicalização do neoliberalismo que direcionou as políticas públicas desde 2016 no governo Michel Temer, diminuindo os gastos sociais em áreas frágeis como educação e saúde.

Ademais, o governo liderado por Jair Bolsonaro demonstrou um caráter extremamente autoritário, alinhando-se a setores políticos reacionários e formando alianças com militares e grupos econômicos que lhe deram apoio. Essa administração endossou o negacionismo científico, ignorando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e criticando as medidas de isolamento social adotadas em diversos estados do Brasil, incluindo Tocantins. Essas críticas foram justificadas sob o pretexto da "liberdade de ir e vir", pautada em uma lógica neoliberal que, em última análise, priorizou interesses pessoais e políticos em detrimento do bem-estar coletivo (Carlos, 2020).

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) advertiu o mundo sobre a incidência de um novo tipo de coronavírus, por causa de vários casos de pneumonia surgidos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Naquele período, tratava-se de uma nova cepa de coronavírus que ainda não tinha sido investigada em seres humanos. Entretanto, uma semana depois, em janeiro de 2020, o governo chinês confirmou que haviam detectado um novo tipo de coronavírus. Esta nova espécie de coronavírus foi a responsável pela doença denominada covid-19. “Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional” (OPAS, 2020)²¹.

Em pouco tempo, o mundo entrou em alerta, ao constatar a alta contaminação e proliferação do novo coronavírus que chegou à Europa e Estados Unidos. Vale destacar que, por ser inverno no hemisfério norte, pesquisas iniciais sugeriram que o vírus da covid-19 demoraria a se disseminar no hemisfério sul, em decorrência do clima quente e por ser verão, o contágio massivo seria complexo (OPAS, 2020).

No Brasil, o primeiro caso suspeito de COVID-19 foi noticiado no Carnaval de 2020. O primeiro paciente a ser internado foi um homem de 61 anos. Ele havia retornado de

²¹ OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. s/d. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso: 01 mar. 2023.

viagem à Itália e chegada à cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo. Em poucas semanas, apareceram outros casos e a propagação do vírus tomou conta do país.

A Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou a emergência em saúde pública visando a complexidade das infecções em decorrência do novo coronavírus, assim como para adotar medidas para controlar a circulação vírus e estratégias de acompanhamento de pessoas infectadas²².

Contudo, vieram as primeiras instruções e orientações, tais como, lavar as mãos, usar álcool gel, usar máscaras, assim como foram estabelecidos uma série de protocolos de saúde pública no intuito de impedir a contaminação.

Entretanto, segundo Melo et al (2022) a pobreza e a desigualdade social associado ao desequilíbrio da distribuição dos serviços em saúde, atingiu grupos e populações vulneráveis socialmente, sofreram diretamente os impactos da covid-19, por causa do menor acesso às estratégias de prevenção, por exemplo: o uso de máscaras e higiene, afetando tratamentos, além da dificuldade de praticar o isolamento social total, assim como a instabilidade da manutenção da fonte de renda familiar.

De acordo com Santos (2020), qualquer tipo de quarentena é discriminatório, pois impõe dificuldades desproporcionais a determinados grupos sociais em comparação a outros. Um dos exemplos destacados pelo autor refere-se aos habitantes de baixa renda em áreas urbanas e favelas. Segundo dados da ONU Habitat, cerca de 25% da população global reside em bairros carentes de infraestrutura básica, saneamento, e serviços públicos essenciais. Essas pessoas enfrentam diariamente a falta de acesso a água potável e eletricidade, vivendo em espaços extremamente reduzidos, privados dos benefícios urbanos garantidos pelo direito à cidade.

A maioria desses indivíduos é composta por trabalhadores informais que enfrentaram uma quarentena particularmente desafiadora. O autor levanta questionamentos pertinentes: como essas pessoas poderiam cumprir as medidas de prevenção e as recomendações sanitárias? Como poderiam manter a distância social desejada quando vivem em condições precárias, em pequenos cubículos, frequentemente compartilhados com outras pessoas, sem privacidade? Como poderiam praticar a higiene das mãos regularmente se sequer dispõem de água suficiente para consumo e tarefas básicas de cozinha?

²² BRASIL. Portaria Nº 188, De 3 De Fevereiro De 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html. Acesso: 07 out. 2021.

Sob essa perspectiva, o autor avalia que a quarentena imposta às populações de baixa renda é substancialmente mais severa, realçando a desigualdade no impacto das medidas de isolamento.

Saneamento e higiene tornaram-se imprescindíveis para combater a covid-19²³.

A principal contribuição dos serviços de saneamento para a resposta emergencial à Covid-19 é dada por meio da promoção de boas práticas de higiene. A principal é a lavagem frequente e adequada das mãos, que se comprovou uma das medidas mais importantes para prevenir a infecção pelo vírus. "Lavem as mãos" é a principal mensagem para ajudar a reduzir a propagação da doença. No entanto, isso requer o acesso contínuo a serviços de saneamento e higiene de qualidade nos domicílios, estabelecimentos de saúde, locais de trabalho, escolas e espaços públicos. Atenção especial deve ser dada a áreas densamente povoadas e com altos índices de pobreza, comunidades indígenas e outros grupos vulneráveis. Para isso, são necessárias ações coordenadas das principais partes interessadas: formuladores de políticas públicas, agências reguladoras, concessionárias de serviços públicos, setor privado, agências da ONU, ONGs e comunidades (UNICEF, 2020, p.2).

Nesse contexto, com foco na proteção de crianças e jovens, as aulas em escolas e universidades foram suspensas em todo o território nacional como uma das primeiras medidas em prol do distanciamento social. Essa ação visava inicialmente conter a propagação do contágio, mesmo que crianças e adolescentes pudessem ser assintomáticos, representando um risco de disseminação do vírus em suas famílias.

A implementação de medidas sanitárias estabeleceu uma interligação entre saúde e educação, ao longo do desenrolar da pandemia da covid-19. Isso incluiu o fechamento prolongado das escolas, uma situação que se traduziu em retrocessos, aumento da evasão escolar e a exacerbada ampliação da desigualdade socioeducacional no Brasil.

Dado o grave cenário, as aulas presenciais nas escolas e universidades, sejam elas públicas ou privadas, foram suspensas durante a primeira quinzena de março. Para contornar essa situação, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi instituído, abrangendo desde a educação infantil até o ensino universitário. Todos aqueles que anteriormente frequentavam aulas presenciais passaram a participar de aulas síncronas realizadas por meios digitais (Araújo; Santos, 2020).

²³ UNICEF. O Papel fundamental da do Saneamento e da Promoção da Higiene na Resposta à COVID-19 no Brasil. Nota técnica do UNICEF, Banco Mundial e Instituto Internacional das Águas de Estocolmo. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/o-papel-fundamental-do-saneamento-e-da-promocao-da-higiene-na-resposta-a-covid-19-no-brasil>. Acesso: 07 out. 2021.

O Ministério da Educação (MEC) tomou suas providências ao instituir a Portaria nº 343²⁴, para a substituição das aulas presenciais por aulas remotas – a distância, em meios digitais – no ensino superior das universidades federais enquanto durasse a pandemia da covid-19. Contudo, a Portaria 343 foi reajustada e sofreu acréscimo na Portaria nº 345²⁵, conforme deliberação no Artigo 1º:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

A COVID-19 foi considerada pelo governo federal um “estado de calamidade pública”, afetando diretamente as normas educacionais. Neste caso, o Conselho Nacional da Educação se manifestou em relação à pandemia ao instituir o Parecer CNE/CP nº 9/2020²⁶, que discorre sobre a Reorganização do Calendário Escolar e contagem de atividades não presenciais visando a realização de carga horária mínima anual.

A situação que se apresenta em decorrência da pandemia da COVID-19 não encontra precedentes na história mundial do pós-guerra. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), milhões de estudantes estão sem aulas com o fechamento total ou parcial de escolas e universidades em mais de 150 países devido à pandemia do coronavírus. No Brasil, as aulas presenciais estão suspensas em todo o território nacional e essa situação, além de imprevisível, deverá seguir ritmos diferenciados nos diferentes Estados e Municípios, a depender da extensão e intensidade da contaminação pela COVID-19 (CNE, 2020).

²⁴ BRASIL. Portaria Nº 343, De 17 De Março De 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso: 07 out. 2021.

²⁵ BRASIL. Portaria Nº 345, De 19 De Março De 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020.” Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fquest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%25C3%25A7o%2520de%25202020> Acesso: 07 out. 2021.

²⁶ BRASIL. Ministério Da Educação/Conselho Nacional Da Educação. Parecer Cne/Cp Nº: 9/2020. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2020-%09pdf/147041-pcp009-20/file> Acesso: 07 out. 2021.

A reorganização do calendário escolar da educação básica ao ensino superior previsto pelo CNE, se consolidou ao se aproximar e dialogar com os Conselhos de Educação Estaduais e Municipais, entre outras instituições. O CNE procurou refletir sobre os impactos que a pandemia do covid-19 causaria, em relação as desigualdades socioeconômicas de muitos estudantes, principalmente, os oriundos de famílias de baixa renda, expostos a todo tipo de vulnerabilidade; atraso do processo educacional e da aprendizagem; desamparo e evasão escolar.

O CNE se empenhou em refletir com criticidade sobre as consequências que a pandemia do covid-19 causaria, mostrando preocupação específica em relação as desigualdades socioeconômicas de muitos estudantes, principalmente, os de famílias de baixa renda, expostos a todo tipo de vulnerabilidade; atraso do processo educacional e da aprendizagem; desamparados e que se evadem da escola. Reiterou em sua análise as seguintes preocupações:

- A possibilidade de longa duração da suspensão das atividades escolares presenciais por conta da pandemia da COVID-19 poderá acarretar:
 - Dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento ainda do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022;
 - Retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento;
 - Danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e
 - Abandono e aumento da evasão escolar (CNE, 2020).

As questões apresentadas pelo CNE em sua análise, não desproporcionais ou descabidas, visto que as desigualdades sociais se amplificam nas desigualdades socioeducacionais. As dificuldades que envolviam atividades educacionais irregulares, danos estruturais que muito alunos enfrentam, famílias pobres ou miseráveis que não tem como se sustentar.

Paralelamente, houve questionamentos quanto à viabilidade do uso das novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como meio de reduzir as disparidades na aprendizagem. No entanto, muitas redes escolares e instituições de ensino não estavam adequadamente preparadas para lidar com o avanço tecnológico que se tornou essencial, devido à falta de estrutura e infraestrutura para a aquisição dos recursos tecnológicos necessários. Essa lacuna não apenas abrange a falta de acesso à internet nas redes escolares, mas também se reflete na falta de

conhecimento, preparo e recursos tecnológicos por parte de professores, alunos e suas famílias. Muitos deles não possuíam os dispositivos adequados, como computadores, tablets e smartphones, ampliando ainda mais as desigualdades de acesso.

No Estado do Tocantins, o governador Mauro Celeste, por meio de Decreto nº 6.071, de 18 de março de 2020²⁷, que determinou uma “ação preventiva para enfrentar a pandemia da covid-19. E assim decretou:

Art. 1º Em razão da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus), são suspensas, por prazo indeterminado, a partir desta data: I –as atividades educacionais em estabelecimentos de ensino com sede no Estado do Tocantins, públicos ou privados, como escolas e universidades.

Num primeiro momento, a determinação de suspensão das aulas duraria somente uma semana, de 16 a 20 de março de 2020, no entanto, como aconteceu em outros estados, as atividades educacionais paulatinamente foram sendo interrompidas conforme a proliferação da pandemia pelo país. “No Estado do Tocantins, no âmbito do Governo Estadual, instalou-se, no dia 12 de março de 2020, o Comitê de Crise para prevenção, monitoramento e controle do vírus covid-19 – novo Coronavírus, vale destacar que no estado não havia registros de casos da doença” (SEJE, 2020).

Em seguida, no dia 24 de março de 2020, o governador antecipou as férias escolares no intuito de mitigar os infortúnios educacionais causados pela suspensão das aulas. De acordo com a secretária de educação, Adriana Aguiar, a antecipação das férias servira para reorganizar orientações em relação à retomada do ano letivo, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação.

Para tanto, a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes elaborou o “Guia de Orientações Pedagógicas sobre o Retorno às Aulas – Versão I”, estabelecendo o planejamento das Diretorias Regionais de Educação, no que se referiu às atividades educacionais não presenciais, situou alguns pontos:

²⁷ GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Decreto No . 6.071, De 18 De Março De 2020.

Disponível em:

http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/resources/pdf/decreto_6071.pdf;jsessionid=6ABDD435D8272E66DA8479BE16E268E8. Acesso: 07 out. 2021.

Foco na aprendizagem: garantir a aprendizagem dos estudantes é prioridade. Para tal estratégia o papel do professor é primordial, não sendo menos importante o papel da família nesta etapa.

Equidade: garantir a aprendizagem dos estudantes da rede, considerando a oferta diferenciada impresso e online.

Colaboração: promover o sucesso das atividades não presenciais, com o direcionamento da SECUC, Diretorias Regionais de Educação, escolas, famílias e estudantes, será essencial.

Gestão: orientar a decisão a partir de articulações junto a SEDUC, Diretorias Regionais de Educação e equipe escolar, para ofertar as atividades não presenciais diante da realidade e experiências vivenciadas por todos.

Ética e transparência: ter ética e transparência entre SEDUC, Diretorias Regionais de Educação, escolas e comunidade escolar, fortalecendo desta forma o trabalho, as relações de confiança que contribuirão para o desenvolvimento de estratégias mais exitosas para a melhoria da educação do Estado (SEJE, 2020).

O Decreto Municipal nº 1.856, de 14 de março de 2020, foi promulgado em Palmas, declarando a emergência em saúde pública, principalmente, para se tomar as medidas cabíveis para se enfrentar a pandemia provocada pela covid-19²⁸.

Entretanto, o Decreto Municipal nº 1.859, de 22 de março de 2020, alterou o Decreto Municipal nº 1.856, afirmou situação de emergência em saúde e pública, informando quais medidas seriam adotadas para combater a pandemia do novo coronavírus.

Por sua vez, o Conselho Municipal de Educação emitiu a Resolução CME-Palmas-TO nº 23²⁹, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre as Normas Complementares à Resolução CME nº 5 de 16 de abril de 2020, no intuito de reorganizar o Calendário Escolar, em decorrência da interrupção das atividades escolares presenciais, seguindo o posicionamento do CNE, avaliando a Resolução do CEE/TO nº5, estabeleceu as configurações de reorganização do Calendário Escolar/2020, definiu o regime especial de atividades escolares não presenciais, na qual houve a tentativa de alinhamento contíguo ao Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.

Art. 1º Estabelecer normas complementares para a reorganização do Calendário Escolar e do planejamento das práticas pedagógicas para a oferta e o compute de atividades educacionais não presenciais combinado com processo híbrido podendo utilizar várias estratégias que contemple aulas presenciais e não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, com o objetivo de assegurar a aprendizagem dos educandos

²⁸ PALMAS. Decreto Municipal nº 1.856. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/decreto-1856-2020-03-14-16-6-2020-14-51-45.pdf>.

Acesso: 23 jul. 2023.

²⁹ Conforme disposto no Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.572, quinta-feira, 10 de setembro de 2020.

e minimizar os impactos decorrentes da Pandemia da COVID-19, na educação.

No que se refere especificamente ao Ensino Fundamental, a Resolução CME-Palmas-TO, nº 23 enfatizou:

- a) As famílias devem receber orientações com roteiros práticos e estruturados, com vistas à organização da rotina diária para acompanharem o desenvolvimento das atividades dos educandos, tendo a compreensão de que os pais ou responsáveis não são, necessariamente, profissionais da educação e ainda que nas atividades não presenciais propostas, deve-se delimitar o papel dos adultos que convivem com os educandos;
- b) A rede de ensino poderá utilizar aulas gravadas para televisão de acordo com o planejamento de aulas e conteúdos via plataforma digitais de organização de conteúdos;
- c) Elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade dos educandos para a realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outros);
- d) Realização de atividades on-line síncronas e assíncronas regulares em relação aos objetos de conhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- e) Realização de avaliação on-line ou por meio de material impresso, entregues ao final de cada unidade curricular, quando possível;
- f) No retorno das atividades presenciais, realizar avaliação diagnóstica para observar o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem e habilidades, caso necessário construir um programa de recuperação, para amenizar os efeitos decorrentes do isolamento social provocados pela pandemia;
- g) Revisão do currículo proposto e seleção dos objetivos ou marcos de aprendizagens essenciais previstos para o calendário escolar 2020, desde que o planejamento curricular para o ano letivo 2021 contemple os objetivos de aprendizagem não oferecidos em 2020.

Todavia, segundo Nunes et al (2021), no estado do Tocantins, os dirigentes municipais de educação, sentiram o desprovimento de um termo de cooperação efetivo junto ao Sistema Estadual de Educação, e assim recorreram ao auxílio e orientações à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Seccional do Estado do Tocantins (UNDIME-TO), para planejar os processos de gestão, ensino e aprendizagem, no campo das redes e sistemas municipais de ensino e educação.

No caso da UNDIME-TO adveio o apoio irrestrito do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPETO), bem como da Universidade Federal do Tocantins (UFT) constituíram termo de cooperação público-público para criação da Rede Colaboração Tocantins (RCT)³⁰.

³⁰ A Rede Colaboração Tocantins (RCT) tem desenvolvido um trabalho de destaque à educação municipal do Tocantins desde agosto de 2020 com o projeto *Gestão da Crise Educacional ocasionada pela Covid-19*, cujo objetivo principal é apoiar as redes e os sistemas municipais de educação/ensino do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional derivada da pandemia da covid-19. A RCT é composta pela União dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Tocantins (Undime-

A decisão de suspender indefinidamente as aulas presenciais, substituindo-as por ensino remoto mediado por professores através de recursos tecnológicos e plataformas digitais, acarretou danos consideráveis ao sistema educacional. Infelizmente, essa medida ampliou as disparidades já existentes nos sistemas de ensino, agravando ainda mais a negligência em relação à educação pública. Especificamente, essa ação intensificou as desigualdades sociais, tanto no estado de Tocantins como no município de Palmas.

Este resultado advém do levantamento institucional realizado pelo MEC/INEP em 2021, que mediu os impactos provocados pela pandemia na educação, no qual está vinculado ao Censo Escolar 2020, corroborou a deterioração desta situação na região Norte do Brasil, com ênfase nos Estados do Tocantins e Amazonas (Melo et al, 2021).

A pandemia covid-19 produziu mudanças drásticas na vida das pessoas. Mudou comportamentos, afetou a saúde física e mental, mas também, acentuou as desigualdades socioeconômicas, recaindo sobre a educação e a cultura, alterando o processo de ensino e aprendizagem, em decorrência da substituição das aulas presenciais por aulas em “meios digitais”³¹, que passaram a utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC).

De acordo com a UNESCO (2020), o fechamento das escolas durante a pandemia acarretou graves impactos, ampliando as disparidades sociais. Isso se deveu, em grande parte, à interrupção da aprendizagem, que resultou não apenas na falta de progresso educacional, mas também no aumento da insegurança alimentar, uma vez que a má alimentação foi agravada. Além disso, houve um aumento significativo nos casos de violência doméstica e exploração sexual, juntamente com a

Tocantins), UFT – PROEX, núcleos e grupos de pesquisa, MPE-TO, TCE-TO e ATM. Tais instituições disponibilizaram um grupo seletivo de mestres, doutores, pós-doutores e especialistas em educação municipal, pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal e Observatório de Sistemas e Planos de Educação (GepeEM/ObSPE/UFT); do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Tocantins (Caopije/MPETO); Dirigentes Municipais de Educação (DME) e professores da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino do Tocantins. Disponível em: <https://to.undime.org.br/noticia/24-03-2021-15-43-a-equipe-da-rede-colaboracao-tocantins-rct-e-sensivel-e-coerente-com-os-protocolos-de-prevencao-a-covid-19-e-o-isolamento-social-ao-reorganizar-o-modulo-ii-de-formacao-para-gestao-da-educacao-municipal-e-formacao-pedagogica>
Acesso: 21 jul. 2023.

³¹ Conforme disposto na Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação (MEC).

ausência do contato social, que desempenha um papel essencial no processo de aprendizagem e no desenvolvimento escolar.

Outra questão preocupante envolveu a pressão e o estresse enfrentados pelos professores, que assumiram desafios consideráveis ao tentar garantir a continuidade da educação por meio do ensino remoto. Isso muitas vezes dependia da cooperação dos pais, que, por sua vez, não estavam devidamente preparados para lidar com essa nova dinâmica.

O restabelecimento das aulas presenciais em Palmas, perpassou um documento organizado pela Prefeitura do Município junto à Secretaria Municipal de Educação, no qual se elaborou o “Plano de Retomada das Aulas – 2021”.

A partir da Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação, promulgada em 18 de março de 2020, que prevê no item 5, a resolução e efetivação de atividades a distância no Ensino Fundamental, enfatizamos que, esta dissertação aborda a desigualdade socioeducacional nos anos iniciais e anos finais deste período.

A Portaria/GAB/SEMED, de 22 de fevereiro de 2021, que previu o Regime de Trabalho Remoto via home office, abarcou outras estratégias referentes ao Plano de Ação de Retomada das Atividades Escolares vinculados à Rede Municipal de Ensino de Palmas. No período pandêmico a Secretaria Municipal de Educação tomou uma série de medidas, entre as quais “O Plano de Retomada das Atividades Pedagógicas”, no intuito de orientar as unidades educacionais para organizarem seus planos.

Este documento articula e define os papéis de cada instituição, órgãos, gestores, profissionais da educação, professores, familiares, incluindo uma pesquisa de opinião dos pais ou responsáveis a respeito do retorno das aulas de maneira presencial ou remota.

Notamos que, a retomada das aulas de maneira híbrida deveria seguir rígidos protocolos de segurança em decorrência dos riscos de contágio. Então, houve a necessidade de se formar comitês em cada escola envolvendo toda a comunidade escolar, assim como, gestores, professores, pais e responsáveis, e estudantes com o intuito de divulgar os cuidados adotados para a prevenção da covid-19.

A função dos comitês incidiu no monitoramento do pós-retorno de crianças e adolescentes (educandos), colaboradores, professores, gestores, entre outros. Para tanto, houve a necessidade de realizar relatórios quinzenais e manter constantemente os registros atualizados sobre casos suspeitos ou confirmados de contaminação.

Especificamente, em relação à alimentação escolar, houve a preocupação com a manipulação e preparo dos alimentos, recomendou-se a higienização das mãos, uso de máscaras e luvas descartáveis, avental de PVC e toucas, especialmente, quando era feita a distribuição dos alimentos. Foi indicado manter o distanciamento entre os educandos na hora das refeições. E critérios específicos para armazenamento e descarte do lixo.

Vale destacar que a condição imposta ao retorno das aulas de forma híbrida dependia dos índices de saúde, assim como da liberação da Secretaria de Saúde do município de Palmas. Neste caso, a partir de 1º de março de 2021, as aulas foram remotas e as atividades da Educação Infantil disponibilizadas no ambiente virtual “Palmas Home School”, na intenção dos alunos manterem suas atividades e rotina de estudos em dia.

Este Plano prevê, a depender do cenário epidemiológico e da aprovação dos órgãos de saúde, a oferta de atividade por meio do ensino híbrido, que contemplará, semanalmente, 50% de crianças do Pré-Escolar II e dos educandos da unidade educacional com aulas presenciais. Nesse caso, para ambas as etapas, propõe-se o seguinte: Divisão do número de crianças e educandos que participarão de aulas presenciais ou on-line (grupos 1 e 2), mediante modelo único: O Grupo 1 será composto pelos primeiros nomes da lista de chamada de cada sala, por ordem alfabética, e receberá aulas presenciais; o Grupo 2, composto pelos outros 50% da turma, receberá aulas on-line, por meio da ferramenta “Palmas Home School” (<https://www.educacaopalmas.com.br/>). Na semana seguinte, alternam-se os grupos, com o primeiro destes recebendo aulas on-line e o segundo, aulas presenciais. Cada família será informada a respeito de qual grupo seu(s) filho(s) pertencerá(ão), e de que a adesão ao formato presencial é facultativa. Porém, uma vez decidido apenas pelo formato on-line, os pais/responsáveis deverão assinar documento de não adesão, junto ao Cmei/Escola (cf. anexo), dando ciência de todo o processo educacional (SME, 2021, p.20).

Todavia, os pais ou responsáveis podiam optar para as crianças (educandos) terem somente aulas online, neste caso, deveriam ser auxiliados de forma ampla e irrestrita, sem prejuízos em relação aos meios ou serviços oferecidos pela SME.

Os parâmetros para as aulas presenciais perpassaram o acolhimento dos educandos por profissionais das escolas, levando em consideração a cautela e atendimento às normas de segurança e proteção à saúde. O atendimento aos educandos foi estabelecido por meio de uma tabela de escalonamento, de acordo com a ordem alfabética da lista de matrícula. Em sala de aula, as carteiras eram dispostas seguindo o distanciamento social de 1,5 a 2,0 metros. Nos intervalos – horário do recreio -, evitou-se agrupamento e contato físico entre os alunos. Também houve

alternativas de horários de entrada, saída, lanche e almoço, tudo para se impedir aglomerações.

Para auxiliar o ensino híbrido, entrou em cena o ambiente virtual Palmas Home School³², instituído depois da autorização dos órgãos de saúde e do Centro de Operações de Emergência em Saúde, tendo em vista que parte das aulas e atividades puderam ser presenciais, sendo outras online, a ferramenta tinha por finalidade complementar e reforçar as matérias estudadas em sala de aula. Além disso:

A Semed empreenderá esforços para a continuidade da oferta das teleaulas veiculadas por meio de canal de TV aberta, e disponibilizadas também no Youtube. Distribuição de materiais impressos a todos os educandos que não possuírem acesso a internet. Objetivando reforço das aprendizagens essenciais, trabalhadas no ano de 2020, a carga horária do ano em curso será ampliada para as turmas do Ensino Fundamental em uma hora-aula diariamente, totalizando mais duzentas horas de atividades não presenciais no calendário, por meio da ferramenta “Palmas Home School”. Todos os profissionais da educação serão capacitados e preparados para um retorno seguro à sala de aula, e para o trabalho de maneira híbrida.

Se a ferramenta Palmas Home School foi comemorada como uma grande ação política educacional, outros fatores se constituíram para a retomada regular das aulas, especificamente, no que se refere à parte pedagógica. Um dos objetivos basilares das aulas em formato híbrido, era atingir todos os educandos matriculados na rede pública. Para tanto, seria preciso uma avaliação diagnóstica constante para auxiliar a produção dos planos de recuperação individuais. Seria necessário investir em reaver os componentes de aprendizagens efetivas, fosse no âmbito cognitivo e socioemocional, conforme disposto na sequência didática da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Tocantins. Por fim, garantir a assistência individual e coletiva da aprendizagem, assim como na esfera de intervenção pedagógica, desempenhada pelos professores, empregando-se dos inúmeros canais de comunicação e tecnologias, tais como: televisão e Youtube.

³² G1 Tocantins. “Secretaria de Educação de Palmas cria ambiente virtual para alunos aprenderem durante a pandemia. Uma ferramenta foi disponibilizada pela Secretaria Municipal da Educação (Semed) para que os alunos da rede municipal mantenham a rotina de estudos durante a suspensão das aulas por causa da pandemia de coronavírus. O ambiente virtual foi chamado de [Palmas Home School](https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/04/28/secretaria-de-educacao-de-palmas-cria-ambiente-virtual-para-alunos-aprenderem-durante-a-pandemia.ghtml). A ferramenta disponibiliza textos, atividades, vídeos, livros e sugestões de sites para o aprendizado dos alunos. Há conteúdo para todas as séries do 1º ao 9º ano, além de material para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com o município, o material foi produzido e organizado pela equipe pedagógica da Semed e professores voluntários. Também há um espaço específico para estudantes da Educação Especial.” Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/04/28/secretaria-de-educacao-de-palmas-cria-ambiente-virtual-para-alunos-aprenderem-durante-a-pandemia.ghtml> Acesso: 07 de ago. 2022.

Contudo, o retorno presencial de forma gradual dos alunos em agosto de 2021, trouxe grandes desafios e receios para gestores e professores, porque o medo de contágio existia por parte dos pais e alunos, mas também por parte dos profissionais que atuavam nas unidades escolares.

Chama a atenção um ponto relevante, havia divergências entre os pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes, pois muitos estavam extenuados, cansados de uma rotina limitante, criticavam as ações e não colaboravam com as medidas tomadas na prevenção do contágio, gerando situações de desgaste, discussões e julgamentos, o que tornava o momento ainda mais conturbado e delicado. A cada teste positivo, mais os ânimos se acirravam e pavor de internação e óbito era frequente.

Mesmo com o retorno das aulas acontecendo após a primeira dose da vacinação, o desconforto era visível. Atuando como gestora, os desafios diante das carências de servidores afastados durante a pandemia, junto à apreensão dos pais perante a confirmação de teste positivo, fizeram com que o pânico se instalasse na escola, especialmente, quando necessário interditar uma turma diante de tantas confirmações e adoecimentos.

Os professores e funcionários administrativos também se sentiam expostos a contrair o vírus. Todos nós percebíamos a dicotomia: por um lado o sentimento de responsabilidade em querer dirimir os prejuízos na aprendizagem dos alunos, e no outro lado o medo da covid-19, da internação, de vir a óbito, ou possíveis sequelas causadas pelo vírus.

Outro fator, foi a resistência e dificuldade de alguns pais em acompanhar seus filhos durante o ensino remoto, por não dominarem as tecnologias digitais de informação e comunicação, outros por não terem acesso à Internet, ou se quer acesso a condições mínimas de subsistência.

A dificuldade em se responsabilizar por mais uma atribuição durante um período de desgaste emocional e psicológico, acarretou problemas de saúde mental, ou até mesmo, casos de violência doméstica. Os pais não estavam preparados para trabalhar em conjunto com os professores e gestores, alguns se quer se sentiam aptos em saber lidar com as dificuldades de aprendizagem dos seus filhos, queriam apenas o retorno das aulas presenciais, para que, os professores restabelecessem o ensino.

Durante o processo de retorno presencial escalonado e em seguida o retorno geral, houve dúvidas se essa criança ou adolescente estaria seguro e não se contaminasse, não levasse consigo o vírus para casa.

Outra questão, as incumbências dos professores, pois estes se dividiam nas aulas presenciais e aulas remotas em meio digitais. Muitos docentes, além de dividir seu tempo, procurou aprender, se capacitou para lidar com as novas tecnologias que lhe foram impostas, alguns investiram em equipamentos tecnológicos próprios para conseguir trabalhar remotamente.

Vale lembrar que este era o cenário em que foi aplicada a Prova Brasil, que em muitos lugares não obteve 80% de alunos presentes durante sua realização, o que impediu a divulgação dos resultados, sendo que o quórum mínimo não foi obtido, dificultando assim uma análise mais clara destes resultados.

O medo do retorno às aulas presenciais, implicou na elevação da evasão escolar, tendo em vista os alunos que continuaram no ensino remoto não puderam participar do levantamento feito pela Prova Brasil, em virtude da mesma ser aplicada somente presencialmente aos alunos da unidade escolar.

Ao revisitarmos as expectativas, meios e receios diante dos desafios impostos no retorno presencial, com os números que dispomos hoje, transparece uma sensação de que o processo decorreu de forma simples, sem infortúnios, dúvidas ou receios, no entanto, em todas as pessoas envolvidas no retorno havia uma combinação de medo e muita alegria por recuperar a rotina de trabalho tão ansiada, mas uma grande provocação ao espírito de sobrevivência que foi tão exercitado durante a pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou discorrer e analisar as desigualdades socioeducacionais no município de Palmas/TO, especificamente, como a pandemia da COVID-19 amplificou esse problema.

O objetivo principal desta dissertação foi fazer a reflexão crítica acerca da covid-19, aprofundamento da distância social, aumento da exclusão e vulnerabilidade que afetou a população pobre, as desigualdades sociais que incidiram diretamente nas desigualdades socioeducacionais. Com isto, pretendeu-se compreender os efeitos da pandemia sobre a educação e o ensino aprendizagem de crianças e adolescentes a partir do ensino remoto emergencial.

Neste sentido, é importante destacar que a pandemia do covid-19 apenas acentuou vulnerabilidades e riscos que já estavam presentes na malha social brasileira. Ao verificar como se disseminou o novo coronavírus, a adoção de medidas sanitárias para estancar a proliferação do vírus, medidas de higiene e saúde, o isolamento social etc., encontramos os impactos sobre a educação brasileira, especificamente, como o estado do Tocantins e o município de Palmas foram afetados, não apenas no âmbito econômico, social e educacional, mas também na esfera geográfica.

A questão geográfica se refere ao território, mesmo porque, a desigualdade no Brasil recai sobre o campo regional. A Região Norte, na qual o estado do Tocantins está inserido na ampla área de extensão territorial brasileira, se encontra a maior biodiversidade do Brasil, assim como mudanças expressivas no espaço geográfico. Contudo, as disparidades regionais também revelam altos índices de pobreza que se vinculam à desigualdade regional e alimenta a desigualdade socioeducacional.

Toda sociedade brasileira sofreu dos efeitos e consequências sucedidos da pandemia do novo coronavírus, no entanto, no âmbito da educação ficou evidente como a distância social gerou mais desigualdades socioeconômicas e culturais, mostrando problemas que nunca foram superados, atingindo grupos vulneráveis, tais como crianças e adolescentes expostos à covid-19, fome, miséria, e da carência da escola, não conseguiram acesso ao ensino e aprendizagem das aulas remotas.

Entretanto, alguns alunos conseguiram se conectar remotamente via internet por meio de smartphones ou notebooks acompanharam as aulas síncronas, realizaram atividades escolares com auxílio dos professores e da família. Além disso, ocorreram

as ações governamentais estaduais e municipais, que foram importantes para minimizar as consequências da pandemia sobre a educação.

Desta forma, ficou claro na pesquisa que, o Plano de Retomada das Aulas em 2021 foi um instrumento estratégico de orientação junto às escolas municipais de Palmas. O plano de retomada das aulas mostrou-se eficiente e em consonância com o Plano Municipal de Educação de Palmas, bem como foi considerado “(...) o melhor Plano de Reabertura das Escolas, após suspensão causada pela pandemia da Covid-19, entre as capitais brasileiras”, pelo Índice de Segurança do Retorno às Aulas Presenciais (ISRAP), vinculado à Rede Pesquisa Solidária (Prefeitura de Palmas, 2021).

Apesar de tantas desigualdades sociais e socioeducacionais, há uma consonância que a educação constitui a melhor direção para solucionar ou mitigar os problemas sociais. O investimento na educação, especialmente, por parte do Estado, é o ideal para não somente diminuir as desigualdades, mas para o desenvolvimento econômico, social e sustentável da sociedade brasileira.

A pandemia em si não incrementou a desigualdade socioeducacional em Palmas/TO, no entanto, mostrou o despreparo dos governantes no enfrentamento da crise sanitária, as dificuldades na adequação do ensino e aprendizagem remotos por meios digitais, as consequências do isolamento social à saúde mental de alunos, professores, gestores e familiares que tiveram que se ajustar à falta de convívio.

O “inimigo invisível” expresso pela pandemia, explicitou como a população pobre e miserável em situação de rua, ou moradora das periferias e favelas, que vivem aglomerados, sem infraestrutura, saneamento básico, outras vezes sem acesso à saúde e educação, ficaram à mercê dos infortúnios acentuados pela covid-19, assim como seus desdobramentos e sequelas, pois se quer foram atingidos por políticas públicas.

A problemática apresentada neste trabalho não se encerrou, mesmo porque, os fatores que fomentam e produzem as desigualdades socioeducacionais permanecem, proliferam e se manifestam na atualidade. Esta pesquisa pretende contribuir para uma reflexão crítica do processo de produção contínua das desigualdades sociais.

Ao analisarmos os índices, tende-se a acreditar que a pandemia não impactou de forma substancial a educação palmense, mas como profissional da educação, que participou de todo o processo durante este período, e através da partilha vivências e relatos de colegas de toda rede, afirmo que este período ainda não foi vencido. As

consequências deste processo não são visíveis apenas no processo ensino aprendizagem, mas na formação psicológica, moral e social de nossos alunos. É nítida uma dificuldade e inadequação de condutas que versam sobre a empatia e a valorização do coletivo, nossos alunos apresentam cada dia uma postura mais egoísta e dificuldade de gerir suas emoções como participantes de uma sociedade em que se pense o bem comum.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I.B; SANTOS, B.A.R. Quando o Professor é Lançado ao Ensino Remoto: práticas e vivências dos professores de Geografia perante a Pandemia de Covid-19. **Giramundo**, Rio de Janeiro, Vol.7, n° 13, 157-169, jan./jun. 2020.

BITTENCOURT, R.N. Ensino Remoto e Extenuação Docente. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 227, mar./abr. 2021.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CP n° 9/2020**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147041-pcp009-20&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 01.09.2021.

_____. **Portaria Nº 345, De 19 De Março De 2020**. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520345%2520de%252019%2520de%2520mar%25C3%25A7o%2520de%25202020> Acesso: 07 out. 2021.

_____. **Portaria n° 544, de 16 de junho de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872> Acesso: 07 out. 2021.

_____. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 01 mar. 2023.

CANI, J.B. et al. Educação e COVID-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem “prioritariamente” pelas TDIC. **Revista IFESCIÊNCIA**, Vol. 6, Edição Especial, n. 1. 2020.

CARLOS, A.F.A. **COVID-19 e a crise urbana [recurso eletrônico]**. São Paulo, FFLCH-USP, 2020.

CASTRO, D.; SENO, D.D. POCHMANN. **Capitalismo e a Covid-19**. São Paulo: 2020.

CONSELHO MUNICIPAL de EDUCAÇÃO (CME) - Palmas/TO. **Resolução CME-Palmas/TO n° 23**, de 28 de julho de 2020. Diário Oficial do Município de Palmas n° 2.572, quinta-feira, 10 de setembro de 2020.

CORIOLOANO, G.P. Palmas: entre o planejamento e a exclusão. **Revista Vitruvius**. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.122/3587> Acesso: 07 jun. 2023.

CORIOLOANO, G.P ET AL. Estatuto da Cidade e seus instrumentos de combate às desigualdades socioterritoriais: o Plano Diretor Participativo de Palmas (TO). urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 2, p. 131-145, jul./dez. 2013

FERREIRA, R.C. **Cartografia da Desigualdade Regional no Tocantins: as microrregiões tocantinenses mediante os Indicadores Socioeducacionais**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2019.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **O Papel fundamental da do Saneamento e da Promoção da Higiene na Resposta à COVID-19 no Brasil**. Nota técnica do UNICEF, Banco Mundial e Instituto Internacional das Águas de Estocolmo. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/o-papel-fundamental-do-saneamento-e-da-promocao-da-higiene-na-resposta-a-covid-19-no-brasil> Acesso: 07 out. 2021.

Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Rio de Janeiro. Abril, 2021.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY. D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HONORATO, H. G.; MARCELINO, A. C. K. B. A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. **REDE - Revista Diálogos em Educação**, v. 1 n. 1, 2020. Disponível em: <http://www.faculdadeanicuns.edu.br/ojs/index.php/revistadialogosemeducao/article/view/39>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

KRAN, F.; FERREIRA, F.P.M. Qualidade de Vida na Cidade de Palmas/TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Revista Ambiente & Sociedade** – Vol. IX nº. 2 jul./dez. 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 22ª ed., 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MELO, M.M. et al. Covid-19 em regiões de vulnerabilidade em Palmas, Tocantins: Relação entre fatores sociodemográficos, conhecimento e prevenção. **Revista Eletrônica Acervo Saúde (REAS)**, Vol. 15 (12). Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/issue/archive> Acesso: 01 mar. 2023.

MONTENEGRO, C.V.; MELO, M.C.G. Capitalismo e Questão Social. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais**. Maceió, v.2, n.2, p.13-24. Nov. 2014. periodicos.set.edu.br

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). **A Ineficiência da Desigualdade**. Havana-Cuba. 2018.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociológica da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, abril, 2002.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. BeloHorizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, M.J.; LIRA, E.R. Expansão Urbana e Periferização na Cidade de Palmas-TO: o caso Santo Amaro. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís-MA, 20016.

OLIVEIRA, A.S.S; NETO, A.B.A.; OLIVEIRA, L.M.S. O Processo Ensino Aprendizagem na Educação Infantil em Tempos de Pandemia e Isolamento. **Revista Ciência Contemporânea**, v. 1 n. 6, 2020. Disponível em: <http://cienciacontemporanea.com.br/index.php/revista/article/view/32>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

OLIVEIRA, A.F; FERREIRA, R.C. Índice de Desigualdade Socioeducacional (IDSED): instrumento para a análise das desigualdades regionais. **Eixo Temático 4: Redes, Territórios E Desigualdades Regionais**. (S/D).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. **Paho**. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso: 17 maio 2023.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SATO, M; SANTOS, D.; SÁNCHEZ, C. **Vírus, simulacro da vida?** Rio de Janeiro, GEA-SUR, UNIRIO: 2020. Cuiabá, GPEA, UFMT: 2020.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SILVA, V.C. P. **Palmas, a última capital projetada do século XX**: uma cidade em busca do tempo. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2010.